

Relatório Regional Estudo Descritivo sobre a Educação Sexual Integral na Argentina, no Brasil, no Chile, no Paraguai, no Uruguai e na Venezuela



apresentação

O presente relatório teve sua elaboração e implementação realizados pela **Red de Coaliciones del Sur (RCS)**, no marco do Programa de Apoio à Sociedade Civil (PASC) 2022 -2026, e foi financiando pela **Save the Children**.

A **Red de Coaliciones Sur (RCS)** está conformada pelas redes nacional de organizações da sociedade civil que trabalham em temas de direito da infância e juventude na Argentina, no Brasil, no Chile, no Paraguai, no Uruguai, na Venezuela, na Nicarágua e na Guatemala. Todas estas organizações compartilham valores e objetivos de trabalho. São elas: o **Colectivo de Derechos de Infancia** de *Argentina*, a **Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente – ANCED** e o **Movimento Nacional dos Direitos Humanos – MNDH**, do *Brasil*; a **Red de Infancia y Juventud – ROIJ**, de *Chile*; a **Coordinadora por los Derechos de la Infancia y la Adolescencia - CDIA**, do *Paraguai*; o **Comité de Derechos del Niño/a – CDNU**, do *Uruguai*; a **Red por los Derechos Humanos de niños, niñas y adolescentes – REDHNNA**, da *Venezuela*; a **Coordinadora Institucional de Promoción por los Derechos de la Niñez – CIPRODENI**, da *Guatemala*; e a **Federación Coordinadora Nicaraguense de ONGs que Trabajan con la Niñez y la Adolescencia – CODENI**, da *Nicarágua*.

A missão da RCS é a de reforçar as redes representativas da sociedade civil tanto a nível local (nacional) como regional (latino-americano) permitindo o sustento e potenciando as ações dirigidas ao desenvolvimento democrático respeitoso dos direitos das crianças e adolescentes na região.

Entre os objetivos da RCS se encontram: a) Promover, sustentar e reforçar as ações de seguimento, diálogo regulares e incidência das organizações sociais em políticas para respeitar os direitos de crianças e adolescentes tanto em nível nacional como internacional; b) Fortalecer a sociedade civil da região em sua capacidade para exercer o papel de controlador das ações estatais, através da geração de estudos, análises e informação sobre a situação da infância e adolescência dos países integrantes e em nível da América do Sul; c) Gerar espaços permanentes de diálogo significativo com a sociedade civil e, especialmente, com as crianças e adolescentes para possibilitar a aquisição de um papel de protagonismo na luta pelas reformas necessárias das políticas que são dirigidas a este grupo da população.

O documento em questão integra uma série conformada por outros 6 relatórios nacionais da Argentina, do Brasil, do Chile, do Paraguai, do Uruguai e da Venezuela.

equipe de trabalho

Regional:

Coordenadora: Mariana Pérez

Equipe: Emilia Millón, Julieta Santillán Juri y Raquel Navarro

Equipe país:

Argentina: *Coordenação:* Candelaria Kelly. *Investigadoras:* Fernanda Alvarado, Laila Skoczylas Fiszer, Julieta Giordano, Ornella Ciarlantini e Laura Cárdenas.

Facilitadores: Camila Fabbiano, Marcela Val, Daiana Brito, Candelaria Kelly, Mariana David, Jesica Balbuena, Ornella Ciarlantini, Julieta Giordano, Marina Santos, Noemi Clemente, Agostina Budeguer e Candelaria Guaráz.

Brasil: Katia Cristina dos Reis e Fábio da Paixão Silva Reis.

Chile: *Coordenação e pesquisa:* Carla Nuñez e Nury Gajardo.

Facilitadores: Cecilia Fuentes, Kevin Rubilar, Consuelo Herrera, Carla Olivares, Lucas González e Milena Rodríguez.

Paraguai: *Pesquisadora principal:* María M. Pereira. *Equipe de facilitadores e pesquisadores de apoio:* Alejandra María Amarilla, María Belén González, Carlos Daniel Ortellado e Evangelista Pereira. *Apoio técnico:* Ramona Viera.

Uruguai: *Pesquisa:* Ivanna Belocon e Lucia Avellanal. *Facilitadores:* Leticia Varela e Gonzalo Palau.

Venezuela: *Pesquisa:* Angeyeimar Gil. *Equipe de pesquisa e facilitadores:* Carla Serrano e Lorena Liendo.

Desenho da metodologia da pesquisa participativa com crianças e adolescentes: Gisela Grunin, Carolina Gamba e Andrea Urbas.

Desenho: Mariana González

Ilustração: Sol Camila Mac William y Dalia Morante Navarro

Tradutores: Luiz Cristiano Naclerio Torres e José Esteban Rafael Choque

Nota: *nesta coleção de documentos as equipes da RCS se esforçaram na confecção de um material que use uma linguagem adequada à comunidade latino-americana, fora da pauta hegemônica que nos força a escrever de modo androcêntrico. Sabemos que a neutralidade na linguagem não existe e que na falta dos termos apropriados para nomear a realidade de crianças e adolescentes, nós utilizamos as ferramentas que a redação nos permite em prol de atingir a maior quantidade possível de público. Priorizamos as características diversas na região, por isso, a fim de facilitar a leitura, unificamos certas expressões na forma do masculino, entretanto, explicitamos que nós nos referimos ao conjunto dos gêneros e expressões possíveis da sexualidade humana.*

Índice

Apresentação	2
Índice	4
Glossário de Siglas e Acrônimos	5
Introdução	6
Objetivos da pesquisa e hipótese de trabalho	8
Metodologia da pesquisa	9
Marco Normativo e Conceitual	11
Do que falamos quando nos referimos à Educação Sexual Integral (ESI)	14
Conteúdo curricular da ESI	15
Perspectiva de gênero e interseccionalidade na ESI	15
Temas centrais	16
O papel das organizações contrárias à ESI - Grupos antidireitos	17
Resultados	19
Instrumentos normativos nacionais e contexto institucional da ESI	19
Reações que são contrárias à ESI - Grupos antidireitos	26
Ferramentas que utilizam os grupos antidireitos	28
Trabalho de campo	32
Obstáculos na implementação da ESI: questionário a agentes sanitários e docentes.	35
Resultados dos questionários a docentes, directores e agentes sanitários	35
Conteúdos e metodologias de ensino da ESI: o quanto as crianças e adolescentes conhecem sobre a ESI e quais abordagens são adotadas pelas escolas.	46
Conclusões	58
Bibliografia e referências	63

glossário de siglas e acrônimos

CEDAW: Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres

CERD: Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial

CDC: Convenção Internacional dos Direitos da Criança

CIDH: Comissão Interamericana de Direitos Humanos

CRC: Comitê dos Direitos da Criança da ONU

DESC: Direitos Econômicos Sociais e Culturais

DSR: Direitos Sexuais e (não) Reprodutivos

ESI: Educação Sexual Integral

EIS: Educação Integral em Sexualidade

HIV: Vírus da imunodeficiência Humana

IST: Infecções Sexualmente Transmissíveis

RCS: Rede de Coalizões do Sul

ONU: Organização das nações Unidas

ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS: Organização Mundial da Saúde

ONU/AIDS: Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS

OUR: Observatório sobre Universidade de Direitos

PIDESC: Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

PIDCP: Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNFPA: Fundo de População das Nações Unidas

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância

introdução

A *educação sexual integral* (ESI), também chamada de *educação integral em sexualidade* (EIS), tem um papel central na preparação das e dos jovens para uma vida segura, produtiva e plena num mundo onde o HIV e a AIDS, as infecções sexualmente transmissíveis (IST), a gravidez não planejada, a violência de gênero e a desigualdade de gênero ainda representam um grave risco para o bem-estar destes/destas jovens. Entretanto, apesar da evidência clara e convincente a favor dos benefícios de uma ESI de qualidade, poucas são as crianças e adolescentes que recebem uma preparação para a vida e os/as prepare para assumir o controle e tomar decisões informadas sobre sua sexualidade e suas relações de maneira livre e responsável.

O presente relatório compila informação do trabalho realizado pelas equipes de pesquisas pertencentes a organizações sociais de seis países entre setembro de 2021 e dezembro de 2022. O objetivo geral proposto foi o de realizar uma pesquisa diagnóstica sobre a situação da Educação Sexual Integral nos países da RCS, explorando a aplicação, o alcance e os obstáculos na implantação das políticas de ESI no Uruguai, no Paraguai, na Venezuela, no Chile, no Brasil e na Argentina. A proposta guiou as equipes de pesquisa dos diferentes países para utilizar o mesmo tipo de ferramentas na procura dos aspectos normativos, conceituais e operativos no contexto dos planos nacionais de Educação Sexual Integral. Esse processo se realizou através da análise de normativas e conteúdo, da percepção das e dos sujeitos que são os destinatários destes planos, assim como dos e das agentes de implantação e da ação ou a influência dos grupos corporativos que pretendem obstaculizar os direitos de crianças e adolescentes de receber educação sexual de qualidade.

Neste documento apresenta-se informação de acordo com a perspectiva de diferentes atores que intervêm na cena política, educativa, social e dos direitos, com a intenção de ser um material diagnóstico para a discussão complexa, a avaliação e posterior reflexão sobre a ESI que se desenvolve nos países anteriormente citados.

O desenvolvimento do documento consta de quatro seções: uma primeira parte em que se descreve a instancia normativa em cada país em relação aos padrões internacionais e a explicação do contexto institucional e político em que se implanta (ou não) a política educativa sobre a **Educação Sexual Integral**.

Numa segunda instancia, analisa-se o discurso dos grupos corporativos que se opõem à ESI e estão engajados no descrédito de iniciativas para promover a igualdade de gênero e de não discriminação. Com base no conhecimento destes argumentos e lógicas anti-ESI, procurou-se construir uma narrativa para desarticulá-los com a finalidade de progredir na melhoria do acesso aos *Direitos Sexuais e (não) reprodutivos* (DSR).



Em terceiro lugar, são apresentados os resultados de uma pesquisa de percepção que foi realizada a agentes de implementação de ESI nos seis países e se analisa os obstáculos que os/as responsáveis identificam.

Por último, são enumerados os resultados obtidos a partir da participação de crianças e adolescentes em grupos focais, através de uma metodologia especialmente desenhada para aprofundar os aspectos relacionados com a implantação da ESI, tanto os seus conteúdos como a pedagogia que é utilizada nos espaços formais e não formais da educação primária e média.

A incorporação da participação de crianças e adolescentes se torna um elemento que contribui a trazer informação destas experiências e nos possibilita pensar novas categorias para aprofundar a análise das barreiras culturais e operativas que atuam impedindo o exercício dos direitos da infância e da adolescência em nossos países.

Ao finalizar o documento, os resultados são retomados numa síntese que se propõe a dar conta da situação geral nos países estudados.

É importante assinalar que pertencemos a espaços institucionais que muitas vezes padecem da carência de formalidades e apoios externos. A partir destes espaços, procura-se sustentar uma lógica disruptiva que impulse mudanças sociais em prol de transformar a realidade de marginalização e discriminação de nossos povos. Entretanto, ainda com essa disposição, nós somos e fomos confrontados pelos nossos próprios limites, como organizações, diante da participação de crianças e adolescentes nas oficinas sobre educação sexual integral.

O olhar paternalista, os preconceitos e tabus sobre sexualidade também são transversais às práticas de nossas redes, nos impõem limites simbólicos e culturais que só podemos superá-los se reconhecermos, se ampliarmos nossas fronteiras de conhecimentos baseados em evidências e, fundamentalmente, se conseguirmos escutar e motorizar o que nos dizem as crianças e adolescências.

objetivos da pesquisa e hipóteses de trabalho

O objetivo geral da pesquisa contempla a realização de um diagnóstico sobre a **Educação Sexual Integral** nos países da RCS para explorar a aplicação, o alcance e os obstáculos na implantação das políticas de ESI na Argentina, no Brasil, no Chile, no Paraguai, no Uruguai e na Venezuela.

Para isso, foi necessário unificar um marco teórico com a finalidade de avaliar, a partir de uma posição inicial, os sistemas heterogêneos dos países que intervêm na pesquisa. Por esta razão, a investigação contempla o levantamento das normativas de cada país levando em conta as diretrizes internacionais da UNESCO¹. Também são recopilados os discursos que se opõem à ESI, a partir de uma concepção corporativa e planejada realizada por parte destes setores conservadores. Este ponto foi elaborado de acordo com estudos anteriores². Estes resultados prévios indicaram como um dos principais obstáculos na implantação da ESI as subjetividades que consideram ser inapropriado seu conteúdo devido a motivos religiosos, adultocêntricos, conservadores, tradicionais, etc.

A partir desta base foi elaborada uma série de estratégias para realizar o estudo de campo. Este estudo detectou os mencionados obstáculos, através da comparação das ideais entre aqueles que a implantam ou deveria implantar (posto que nalguns territórios estudados não há legislação nacional ou regional) com os conhecimentos sobre ESI que os/as infantes e as/os adolescentes têm em cada país.

1 - UNESCO "Orientaciones Técnicas sobre educación en sexualidad", 2018.

2 - Pesquisa "Diagnóstico sobre violencia sexuales contra niñas, niños y adolescentes en Argentina, Brasil, Chile, Paraguay, Uruguay y Venezuela" Red de Coaliciones Sur, 2021.



Foram determinados os seguintes objetivos específicos para esta etapa:

1. Descrever as ferramentas normativas e de política pública sobre a ESI em cada país por meio da comparação das propostas com os compromissos internacionais assumidos em cada matéria.
2. Coletar e analisar mensagens e discursos contrários à ESI
3. Identificar obstáculos tanto no desenho como na implantação da ESI.
4. Analisar os conteúdos e metodologias de ensino da ESI de cada país e na implantação.
5. Analisar os papéis e dissidências de gênero no ensino e planificação da ESI.

As antecipações de sentido que motivaram a pesquisa sustentam que um dos principais entraves na falta de acesso à ESI, além dos legislativos e da ausência de capacitação, é a cultura e a visão dos implementadores: docentes, agentes sanitários, familiares e planejadores da política pública, em caso de que exista. Ou seja, parte dos problemas na implementação da ESI e da aquisição destes conhecimentos, sem considerar algumas causas pedagógicas, relacionam-se aos fatores ideológicos, religiosos e não religiosos, ao mesmo tempo em que, estas ideias são potenciadas pelo discurso de ódio dos grupos antidireitos, acrescido das percepções adultocêntricas.

Metodologia da pesquisa

A estratégia metodológica segue as linhas de estudos qualitativos e se procura alcançar uma representatividade ampla. Entretanto, a população estudada corresponde a crianças e adolescentes que não se encontram no centro dos benefícios do sistema capitalista. Ao contrário, suas realidades estão traçadas pela precariedade e o acesso que possam ter à ESI e a educação em geral dependem do Estado e da proximidade que tenham com organizações sociais.

A pesquisa se divide em duas etapas e utiliza diferentes métodos de levantamento. Num primeiro momento foi de exploração e recopilação de informação sensível publicada ou veiculada pelos canais formais e redes sociais em 2021. O segundo momento corresponde ao desenvolvimento de um estudo de campo através de metodologias participativas dirigidas a crianças e adolescentes e a realização de uma pesquisa digital para aplicar a agentes de políticas públicas das áreas de saúde e educação que são os responsáveis da ESI e foi realizado em 2022.

Na primeira etapa mencionada, as equipes trabalharam com duas matrizes de coleta de dados: uma para o levantamento das normativas e políticas públicas e a outra a identificação e registrar de mensagens contrárias à ESI nas redes sociais e nos meios digitais. Por último, foram realizadas diversas análises para tentar obter novas categorias.

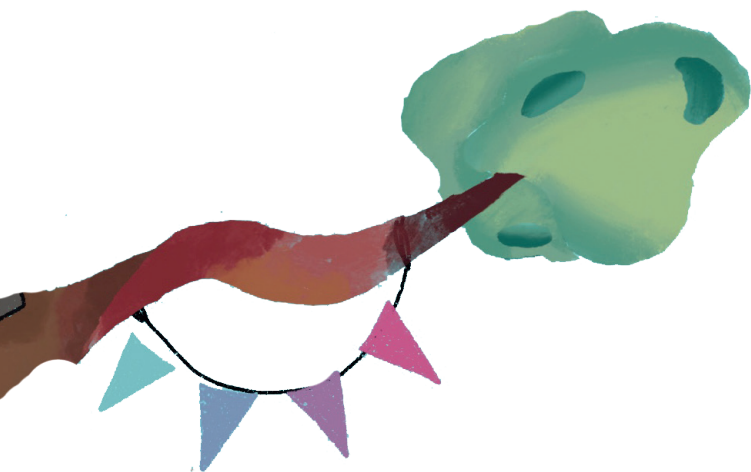


Na segunda etapa, as ferramentas utilizadas foram de dois tipos: uma quantitativa e outra de corte qualitativo.

Um questionário quantitativo foi elaborado por meio de um formulário virtual autoaplicável a agentes sanitários, docentes e diretores cujas perguntas versavam a respeito do conhecimento sobre a legislação de Educação Sexual no país, a visão com relação aos conteúdos de ESI propostos pela UNESCO e sobre a opinião que tinham acerca de outros temas relacionados à ESI. Este formulário seguiu a metodologia de amostragem de especialista que assegura a representatividade. A população consultada refere-se a informantes-chave sobre o tema, ou seja: docentes, diretores, agentes sanitários familiarizados com a temática da ESI.

Paralelamente, como ferramenta qualitativa complementar, trabalhou-se com grupos focais sob o formato de oficinas dirigidas a crianças e adolescentes em cada país. O objetivo era o de ratificar o grau de conhecimento da ESI independentemente da legislação e das políticas existentes.

A oficina seguiu o desenho de uma estratégia metodológica lúdica de pesquisa-ação com diferentes dinâmicas que permitissem a obtenção da informação buscada na pesquisa. A proposta, ao mesmo tempo, orientou-se pela linha do ativismo consciente que se assegura de proporcionar informação sobre as temáticas, já que, em caso de não fazê-lo, incidiria numa falha, do ponto de vista de acesso aos direitos de crianças e adolescentes.



marco normativo e conceitual

La A falta de acesso à educação sexual e reprodutiva foi considerada pelos órgãos das Nações Unidas como uma barreira para o cumprimento das obrigações estatal de garantir o direito à vida, à saúde, a não discriminação e à educação. Entre os tratados que protegem estes direitos encontram-se: o **Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais** (PIDESC), o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CERD), a Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças (CDC), a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias e a Convecção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências.

Especificamente, a CDC introduz uma mudança paradigmática, na medida em que reconhece as crianças e adolescentes como sujeitos e titulares de direitos e com a potestade de exercê-los com autonomia em função de sua capacidade. Menciona de forma particular a educação, especificamente, a de receber formação sobre a prevenção de doenças e sobre o planejamento familiar³.

Outros documentos que compõem a normativa, centrais na matéria e orientam as políticas, são as conclusões da Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento (Cairo, 1994) e a Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim, 1995). Estas documentações estabelecem diretivas para o respeito dos direitos sexuais e reprodutivos, incluindo os de adolescentes e jovens, reconhecendo-os como direitos humanos e como parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. Estes direitos se baseiam nos princípios da dignidade e igualdade humana e podem ser enunciados da seguinte maneira:

3 - Arts. 12, 13, 19, inc. 24 e 28 da CDC.





Direitos sexuais (Tumper, Perrota, 2011)::

- *Direito de conhecer, explorar e encontrar prazer no próprio corpo.*
- *Direito de decidir ter ou não relações sexuais.*
- *Direito de exercer a sexualidade em forma plena, independente do estado civil, da idade, da orientação sexual, da etnia ou das deficiências.*
- *Direito à intimidade, privacidade e à livre expressão de sentimentos.*
- *Direito de exercer a sexualidade de maneira prazerosa, livre de preconceitos, culpas e violência.*
- *Direito de controlar a fecundidade através de nossos corpos ou o da outra pessoa.*
- *Direito à educação sexual integral com informação clara, oportuna e livre de preconceitos.*
- *Direito ao serviço de saúde integral especializado para os/as adolescentes e jovens*

Em relação aos direitos das e dos adolescentes, a observação geral número 20 do Comitê sobre os Direitos da criança da ONU (CDC) que trata sobre a efetividade dos direitos das crianças durante a adolescência (CDC/C/GC/20, 2016)⁴ menciona a obrigação dos Estados em promover ambientes que reconheça o valor intrínseco da adolescência. Devem cumpri-lo, conjuntamente com as entidades não estatais, mediante o diálogo e a colaboração com os próprios adolescentes. Também o compromisso de adotar medidas que contribuam ao desenvolvimento, explorar suas novas identidades, crenças, sexualidades e oportunidades. Além de conciliar o risco e a segurança, desenvolver a capacidade de tomar decisões positivas para suas vidas livremente e com conhecimento de causa e de transitar satisfatoriamente o caminho à idade adulta.

No ponto 59, o Comitê insta os Estados a adotar políticas de saúde sexual e reprodutiva para os adolescentes. Estas devem ser amplas e que incluam uma perspectiva de gênero. Além disso, as políticas devem ser receptivas às questões relativas à sexualidade, o Comitê também assinala que o acesso desigual dos adolescentes à informação, aos produtos básicos e aos serviços é equivalente a discriminação.

Entre as ferramentas normativas é preciso mencionar o acordo que a comunidade internacional alcançou com a chamada “Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável” (A/RES/70/1)⁵. Esta agenda sintetiza propósitos

4 - Comité de Direitos das Crianças da ONU. Observação geral número 20 sobre a efetividade dos direitos das crianças durante a adolescência aprovado em 6 de dezembro de 2016.

5 - Assembleia das Nações Unidas em 25 de setembro de 2015. Adoção da agenda para o desenvolvimento sustentável <https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/2015/09/la-asamblea-general-adopta-la-agenda-2030-para-el-desarrollo-sostenible/>



tais como a educação de qualidade, a boa saúde e o bem-estar, a igualdade de gênero e os direitos humanos dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Respeito à Educação Sexual Integral, especificamente o ODS número 3 se propõe até 2030: garantir o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva incluindo os de planejamento familiar, informação, educação e a integração da saúde reprodutiva nas estratégias e programas nacionais⁶. De acordo aos ODS, os programas de EIS deveriam ser dados pelos docentes mais bem preparados nos estabelecimentos educativos. Uma vez que, esta é uma oportunidade para atingir, através da educação em sexualidade, a um grande número de jovens antes que sejam sexualmente ativos. Além de oferecer um ambiente estruturado de aprendizagem.

No plano regional, os instrumentos normativos do marco internacional mencionados foram assinados por todos os países da América Latina e do Caribe. Neste sentido, é clara a obrigação de oferecer educação em sexualidade na forma integral e cumprir com os padrões de disponibilidades, acessibilidade, aceitabilidade e adaptabilidade que o Comitê DESC estabeleceu.

A adesão a esta normativa obriga os Estados a adequar internamente seus instrumentos no âmbito educativo e de saúde para atender estes compromissos. Em outro sentido, também contar com ferramentas próprias que reconheçam direitos e instam os Estados a desenvolver ações positivas para o pleno gozo destes direitos.

A comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) indica que o pleno gozo dos direitos humanos das mulheres não é possível de atingir sem um acesso oportuno a serviços integrais de atendimento em saúde, assim como ter informação e educação na matéria⁷. A Comissão também recomenda:

“Adequar o ordenamento jurídico interno sobre acesso à informação e educação sobre saúde sexual e reprodutiva aos padrões internacionais em matéria de direito de acceso à informação com que os Estados se comprometeram em seguir, e que as políticas e programas elaborados com participação das próprias mulheres, tenham consistência com as metas estabelecidas pelos Estados para melhorar o fluxo de informação em matéria reprodutiva” (CIDH, 2011).

Neste sentido, no marco da Primeira Reunião de Ministros de Saúde e Educação para deter o HIV na América Latina e no Caribe que foi realizada na Cidade do México no ano de 2008⁸, aprovou-se a Declaração Ministerial Prevenir e Educar em que se reconhece:

6 - Objetivos de Desenvolvimento número 3. Garantir uma vida sã e promover o bem-estar para todos em todas as idades. <https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/health/>

7 - Relatório núm 21/70. Petição 161/02, Solução Amistosa, Paulina del Carmen Ramírez Jacinto (México) em 9 de março de 2007.

8 - Reunião dos ministros de Saúde e de Educação da América Latina e do Caribe na Cidade do México no marco da XVII Conferencia Internacional de AIDS com o objetivo de fortalecer a resposta à epidemia de HIV no contexto educativo formal e não formal.



"A educação integral em sexualidade terá uma ampla perspectiva baseada nos direitos humanos e no respeito aos valores de uma sociedade plural e democrática em que as famílias e as comunidades se desenvolvam plenamente. Esta educação incluirá aspectos éticos, biológicos, emocionais, sociais, culturais e de gênero, assim como temas referentes à diversidade de orientações e identidades sexuais conforme o marco legal de cada país, para assim gerar o respeito às diferenças, o rechaço a toda forma de discriminação e para promover entre os jovens a tomadas de decisões responsáveis e informadas com relação ao início de suas relações sexuais" (UNESCO, 2008).

Outro documento central é o acordo assinado pelos países da região na Primeira Reunião da Conferencia Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e do Caribe: "Integração Plena da população e sua dinâmica no desenvolvimento sustentável com igualdade e enfoque de direitos", em tal acordo os países se comprometeram a:

"Assegurar a efetiva implementação de programas de educação integral para a sexualidade, reconhecendo a efetividade, desde a primeira infância, respeitando a autonomia progressiva da criança e as decisões informadas de adolescentes e jovens sobre sua sexualidade, com enfoque participativo, intercultural, de gênero e de direitos humanos" (CEPAL, 2013).

Do que falamos quando nos referimos à Educação Sexual Integral (ESI)

A educação sexual integral é um processo baseado em um currículo para ensinar e aprender sobre os aspectos cognitivos, emocionais, físicos e sociais da sexualidade. Tem como objetivo preparar as crianças e jovens em conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para cuidar de sua saúde, bem-estar e dignidade. Desenvolver relações sociais e sexuais respeitadas, ter a consideração de como suas escolhas afetam o seu próprio bem-estar e ao dos demais. Também entender quais são os seus direitos ao longo da vida e saber garanti-los.

A ESI é uma educação que se proporciona em ambientes formais e não formais e que se caracteriza por ser:

- **Cientificamente precisa:** tem um conteúdo baseado em dados e evidências relacionados com a saúde sexual e reprodutiva, a sexualidade e as condutas.
- **Gradual:** trata-se de um processo educativo contínuo que começa a uma tenra idade. O novo conhecimento se desenvolve a partir do que foi aprendido e utiliza um enfoque de currículo em espiral.

- **Adequada a cada idade e etapa do desenvolvimento:** levando em consideração a idade e a etapa de desenvolvimento, aborda temas referidos ao desenvolvimento quando seja oportuno para a saúde e bem-estar do/da estudante.
- **Com base num currículo:** dispõe de um planejamento escrito que orienta os esforços do educador para apoiar a aprendizagem dos/das estudantes.
- **Com base num enfoque de direitos humanos:** implica criar consciência entre os jovens, alentá-los a conhecer seus próprios direitos, reconhecer e respeitar os direitos dos outros e defender aqueles cujos direitos são violados. Proporcionar um acesso equitativo à ESI e respeitar o direito de obter o mais alto padrão possível de saúde, incluídas as escolhas sexuais seguras, responsáveis e respeitadas, livre de coação e violência, assim como o direito ao acesso à informação necessária para um autocuidado efetivo.
- **Integral:** a ESI aborda temas de saúde sexual e reprodutiva, tais como fisiologia e anatomia sexual e reprodutiva, puberdade, menstruação, reprodução, métodos contraceptivos modernos, gravidez e parto, e ISTs, incluindo o HIV e a AIDS.

Conteúdo curricular da ESI

Enquanto aos conteúdos, sugere-se a adoção de uma perspectiva ampla que aborde temas biológicos, como éticos, sociais, afetivos, de equidade de gênero, de identidade sexual e de rechaço de toda classe de discriminação. Os materiais, principalmente os textos, devem tratar os conteúdos temáticos segundo os currículos oficiais e informais. As metodologias para a transmissão de conhecimento também são importantes, já que os estudos de consulta realizados com as e os adolescentes indicam que muitas vezes os conteúdos não se transmitem adequadamente.

Em relação ao desenho da ESI ser transversal ou específico, também chamado conteúdo integrado ou independente. Existem dois posicionamentos a respeito. A organização Mundial da Saúde recomenda que a educação sexual seja ministrada como uma matéria independente, ao invés de incorporá-la a outras disciplinas. Outra posição propõe colocar os conteúdos da ESI dentro de matérias existentes para melhorar o que os docentes já ensinam e integrá-los em espaços curriculares como ciências sociais, biologia e orientação educativa.



Perspectiva de gênero e interseccionalidade na ESI

A introdução da visão de gênero nos conteúdos de educação sexual integral visa colocar um ponto final na discriminação das diversidades. Entretanto, ao mesmo tempo, oferece ferramentas para poder adquirir emancipação dos corpos, permitir-lhes ter independência e controle sobre a saúde e acessar informação necessária para tomar suas próprias decisões.

Por isto é importante adotar uma perspectiva geral em relação à temática da diferença. As categorias que contemplam as diferenças são conceituadas como produções dinâmicas de fatores individuais e institucionais. Elas são questionadas e impostas em diferentes níveis: teórico, de um método, de uma perspectiva, de uma categoria analítica ou simplesmente jurídica⁹.

O tradicional entrecruzamento de classe-raça-gênero requer formular interrogantes em função dos objetos de estudo. O desafio não é encontrar a metáfora melhor adequada para expressar as relações entre distintas categorias de dominação e orientar as alianças políticas que daí se deriva. Precisamente, o desafio é preservar “o princípio de abertura às diferenças como uma condição e não como um limite da interseccionalidade” (Purtschert e Meyer, 2009, p. 146 em Vigoya, 2016).

Pensar a diversidade a partir da interseccionalidade é uma proposta para avaliar a visão da ESI.

Temas Centrais

No ano 2018, a UNESCO atualizou seu documento “Orientações técnicas internacionais sobre educação em sexualidade, um enfoque baseado em evidência”. Nele se recopila desenvolvimentos de conceitos centrais, temas e objetivos de aprendizagem originais e atualizados, segundo avaliações realizadas, pesquisas e recomendações de especialistas de ONUAIDS, PNUD, UNESCO, UNFPA, UNICEF, ONU Mulher e da OMS (UNESCO, 2018).

Conforme tais recomendações, os temas prioritários que deveriam integrar o currículo da ESI para o alcance de seus objetivos se organizam de acordo os seguintes conceitos-chave e seus correspondentes subtemas:

1. Relações


1.1 Famílias

1.2 Amizades, amor e relações românticas

1.3 Tolerância, inclusão e respeito

1.4 Compromissos a longo prazo e educação

9 - O conceito de interseccionalidade foi cunhado em 1989 pela advogada afro-estadunidense, Kimberlé Crenshaw, no marco de uma discussão de um caso concreto legal com o objetivo de evidenciar a impossibilidade jurídica das múltiplas dimensões de opressão experimentadas pelas trabalhadoras negras da companhia estadunidense General Motors (Vigoya, 2016).

- 
- 2. Valores, direitos, cultura e sexualidade**
 - 2.1 Valores e sexualidade
 - 2.2 Direitos humanos e sexualidade
 - 2.3 Cultura, sociedade e sexualidade
 - 3. Como entender o gênero**
 - 3.1 Construção social de gênero e das normas de gênero
 - 3.2 Igualdade, estereótipos e preconceitos de gênero
 - 3.3 Violência de gênero
 - 4. A violência e como manter-se seguros**
 - 4.1 Violência
 - 4.2 Consentimento, privacidade e integridade física
 - 4.3 Uso seguro das tecnologias de informação e comunicação (TIC)
 - 5. Habilidades para saúde e o bem-estar**
 - 5.1 Influência de normas e grupos de pares na conduta sexual
 - 5.2 Tomada de decisão
 - 5.3 Habilidades de comunicação, rechaço e negociação
 - 5.4 Alfabetização midiática e sexualidade
 - 5.5 Como encontrar ajuda e apoio
 - 6. O Corpo humano e o desenvolvimento**
 - 6.1 Anatomia e fisiologia sexual e reprodutiva
 - 6.2 Reprodução
 - 6.3 Puberdade
 - 6.4 Imagem corporal
 - 7. Sexualidade e conduta sexual**
 - 7.1 Relações sexuais, sexualidade e ciclo de vida sexual
 - 7.2 Conduta sexual e resposta sexual
 - 8. Saúde sexual e reprodutiva**
 - 8.1 Gravidez e sua prevenção
 - 8.2 Estigma do HIV e da AIDS, atendimento médico, tratamento e apoio
 - 8.3 Como entender, reconhecer e reduzir os riscos de IST, incluindo o HIV



O papel das organizações contrárias à ESI – Grupos antidireitos

No período em que houve avanços históricos na promoção e proteção dos direitos humanos, especialmente das mulheres, as crianças, os grupos indígenas e das pessoas com diferentes orientações sexuais e/ou identidade de gênero nos países da América Latina, as ações dos grupos fundamentalistas são cada vez mais frequentes e colocam em perigo as garantias dos direitos conquistados e o avanço à igualdade e dignidade de todas as pessoas.

Segundo o relatório do Observatório sobre Universidade de Direito (OUR) de 2017, a tendência dos grupos fundamentalistas, que operam a nível global no Sistema Internacional de direitos humanos, nutrem suas retóricas de formulações discursivas pseudocientíficas. Ao mesmo tempo, realiza-se uma manipulação autoritária com referência à soberania e ao uso de interpretações conceituais absolutas, e/ou argumentos baseados na evidencia que proveem da natureza (Gutiérrez, 2014).

Estas posições ultraconservadoras baseiam-se na desqualificação, intolerância e discriminação, desconhecem a universalidade, interdependência, invisibilidade e inter-relação dos direitos humanos, consagrados na Declaração Universal de Direitos Humanos e especificados posteriormente noutros instrumentos e tratados internacionais.

As autoras Meneghetti, M. e Murrazzo, L. (2019) explicam que os setores conservadores, maiormente religiosos, se dedicaram a uma construção discursiva destinada a deter todo o questionamento dado, toda proposta de emancipação ou de promoção de direitos, em definitiva: todo que seja inerente aos direitos humanos. Para conseguir seus objetivos, inclusive estes setores adotaram métodos tradicionais das esquerdas (métodos de divergências, permanência nas ruas e nos espaços públicos) marchas, cartazes, lenços, palavras de ordem e cânticos.

Para estes grupos, a educação sexual deve ser proibida em nome da preservação da inocência infantil. Argumentam que o Estado não deve imiscuir-se, já que somente os pais podem avaliar se seus filhos e filhas estão preparados para receber educação em sexualidade, mesmo que a evidência demostre que a maioria dos jovens não fala sobre sexo com os seus pais, e que os pais e mães se esquivam de comentar sobre o tema diante deles porque não sabem como fazê-lo.

resultados

Instrumentos normativos nacionais e contexto institucional da ESI

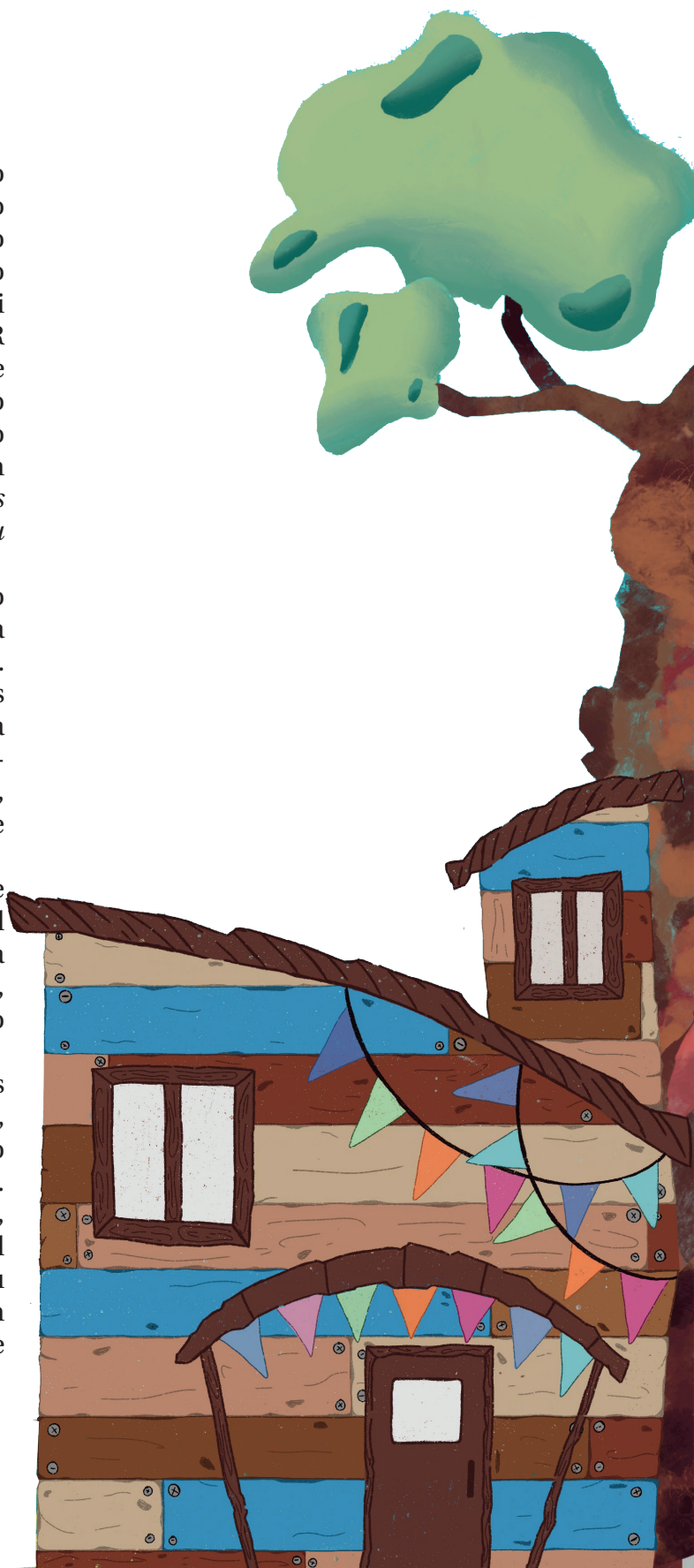
Na maioria dos países estudados, o marco normativo habilita um espaço para a inclusão de conteúdos da educação sexual na educação formal. Isto pode ocorrer através de uma legislação específica, ou também, em virtude de outra lei ou normal que a inclua num marco geral de DSR ou no desenho curricular por meio da forma de um capítulo ou artigo em específico. Ou seja, não há uma lei que proíba à ESI, exceto no caso do Paraguai em que duas disposições legais proíbem expressamente “a difusão ou utilização de materiais impressos como digitais referentes à teoria e/ou ideologia de gênero” (Resolução 29.644/17).

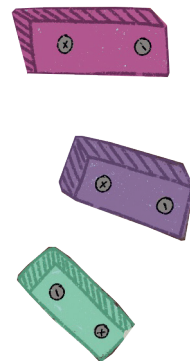
Em nenhum caso encontrou-se informação sobre dotação orçamentária destinada a garantir à implantação da ESI por meio de instrumentos legais. Consequentemente os recursos destinados aos programas e planos dependem da disputa política do momento. Inclusive, a nível país, advertem-se situações muito diversas entre departamentos, províncias¹⁰ e territórios em virtude da complexidade da estrutura social, político e cultural.

Foi detectada, em todos os países que participaram da pesquisa, a existência de material de acesso gratuito que permite a incorporação da educação sexual ao currículo de diversas matérias, independente da ação dos governos e do orçamento público.

Isto é uma conquista de diversas organizações sociais que trabalham na produção, difusão e/ou distribuição de materiais e informação e procuram que atinja a um público amplo. Argumenta-se então que a implantação da ESI, ainda que exista suficiente legislação internacional e latino-americana e documentos que definem seu conteúdo (veja o quadro abaixo), depende também da aceitação e do grau de conhecimento por parte

10 - NT: No caso do Brasil, estados.





dos diretores e corpo docente de cada país. Além disso, acrescentam-se os agentes do setor sanitário, já que deles é que depende a resposta em relação às abordagens em temas de saúde sexual e reprodutiva das crianças e adolescentes.

Herramientas de Normativa Internacional

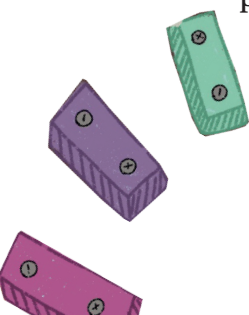
- *Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales (PIDESC)*
- *Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos (PIDCP)*,
- *Convención sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación contra la Mujer (CEDAW)*
- *Convención sobre la Eliminación de Todas las Formas de la Discriminación Racial (CERD)*
- *Convención sobre los Derechos del Niño (CDN)*
- *Convención sobre los Derechos de los Trabajadores Migratorios y Miembros de sus Familias*
- *Convención sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad.*
- *Conferencia Internacional sobre la Población y el Desarrollo (El Cairo, 1994)*
- *Plataforma para la acción de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer (Beijing, 1995)*
- *Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible” (A/RES/70/1) - ODS N° 3*
- *Observación general número 20. Comité de Derechos del Niño, (CRC/C/GC/20, 2016)*

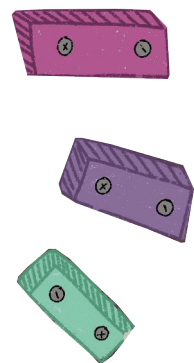
Herramientas de Normativa Regional

- *CIDH – Informe No. 21/2007, Petición 161/02, México. “Acceso a la información en materia reproductiva desde una perspectiva de derechos humanos” Documento aprobado el 22/11/2011*
- *Declaración Ministerial Prevenir y Educar (México 2008)*
- *Consenso de Montevideo sobre Población y Desarrollo, CEPAL, 2013*

Por esta razão, a pesquisa considerou como uma primeira linha exploratória os discursos contrários à ESI nas redes sociais, considerando estas lógicas que se instalam na sociedade e promovem sentimentos de ódios que claramente atentam contra o acesso adequado aos DRS das crianças e adolescentes.

Diante da influência destes discursos, somado à instabilidade legislativa e orçamentária dos Estados nos últimos anos, o acesso à informação sobre ESI - na maioria dos territórios - dependeria da vontade dos agentes estatais, que sustentam a perspectiva integral dos Direitos de crianças e adolescentes, e das organizações da sociedade civil, que difundem posições que superam as lógicas anti-ESI, que estão presentes em todos os países e contribuem ao desenvolvimento de materiais em propostas didáticas.



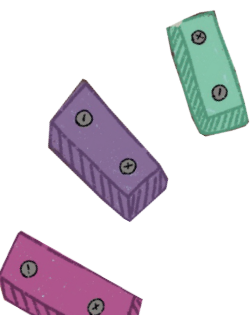


Naqueles países e territórios onde os movimentos sociais constroem contradiscursos às proclamas de ódio, existe uma clara evidência dos avanços dos marcos normativos e das políticas em DRS, como na Argentina e no Uruguai. Cabe destacar, entretanto, que este processo não é completo nem acabado e que estes grupos, anti-ESI, estão presentes em todos os países.

Por outro lado, não se encontrou nenhum estímulo a formatos pedagógicos na linha de educação popular ou destinados a espaços educativos não formais, exceto alguns reconhecimentos que a legislação venezuelana faz de forma muito ampla.

Os países que compõe a pesquisa se caracterizam por ostentar diferenças em relação ao desenvolvimento normativo. A constituição de seus governos, a regulação do seu funcionamento e o espaço que tem as organizações da sociedade civil. Também apresentam claras semelhanças no concernente à situação econômica financeira e no conteúdo dos discursos de ódios instalados socialmente.

A continuação apresenta-se uma síntese das características do marco normativo de cada um dos países em que se explica sinteticamente seu contexto de implantação.



Argentina

Lei nº 25.673/2002. Programa Nacional de Saúde Sexual e Procriação Responsável
Lei nº 26.150/2006. Programa Nacional de Educação Sexual Integral
Resolução Conselho Federal de Educação (C.F.E.) nº 45/08 - Diretrizes Curriculares para Educação Sexual Integral
Lei nº 26.485/2009 de Proteção Integral para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher
Lei nº 26.618/2010 sobre casamento igualitário
Lei nº 27.234/2015 Educar para a Igualdade: Prevenção e Erradicação da Violência de Gênero
Resolução do Conselho Federal de Educação nº 340/18 - Centros de Ensino Prioritários para Educação Sexual Integral
Lei nº 27.610/2020 - Acesso à interrupção voluntária da gravidez
Resolução 1789/2021 - Observatório Federal de Educação Sexual Integral

Na Argentina existem normas específicas para a educação sexual. Os conteúdos curriculares são propostos para a sua incorporação transversal em todas as disciplinas, sendo também desenvolvidos documentos com conteúdos. Dessa forma pode-se considerar que o olhar sobre o tema procura ser integral, segundo as diretrizes da UNESCO.

A norma não determina gastos mínimos ou percentuais no orçamento. É identificado um observatório cujo objetivo consiste em monitorar a implantação da ESI. O observatório analisa as diretrizes da lei, não é seu objetivo avaliar o conhecimento das crianças e adolescentes. Funciona dentro do Ministério de Educação da Nação Argentina (Min Educ.)

A Resolução 340/18 define os Núcleos Prioritários de Aprendizagem (NAP) da ESI para os níveis Inicial, Fundamental, Médio e Formação de Professores. Estes NAPs visam garantir o desenvolvimento das Diretrizes Curriculares da ESI (Resolução 45/08), abordando-as por meio da articulação de cinco eixos conceituais: i) Cuidar do corpo e da saúde, ii) Valorizar a afetividade, iii) Garantir a igualdade de gênero, iv) Respeitar a diversidade v) Exercer os nossos direitos.

A Min Educ. oferece materiais que estão disponíveis
<https://www.argentina.gov.ar/educacion/esi>

A estrutura regulatória é centralizada no nível federal.

A educação é da responsabilidade das administrações provinciais, pelo que é importante a articulação entre ambas.

Existem outras normativas que não intervêm diretamente no campo educacional, mas são úteis como mecanismos que canalizam o tema na sociedade, viabilizando espaços e orçamentos: (Regime de Ausência escolar de Estudantes Grávidas. Proteção Integral para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Programa Nacional de Saúde Sexual e Procriação Responsável. Casamento Igualitário. AIDS. Identidade de Gênero. Regime de Intervenções Cirúrgicas de Contracepção. Interrupção Voluntária da Gravidez).

Brasil

Constituição Federal CF, art 227, de 05.10.1988
Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8.069 de 13.07.90
Política integral de atenção integral à saúde da mulher
Lei 9313. Distribuição gratuita de medicamentos a pessoas com HIV e AIDS
Lei 9.263 Sistema Único de Saúde Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs-, aprovados em dezembro de 1996 (BRASIL, 1997).
Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Elaborado em 2000 e, realizado revisão em 2013.

No Brasil, a educação sexual é obrigatória no ensino fundamental e médio, conforme determinação do Ministério da Educação (MEC) que estabeleceu os chamados Parâmetros Curriculares Nacionais em meados da década de 1990. Os regulamentos especificam que a sexualidade é uma das questões transversais. É ensinado como um conteúdo que deve ser incorporado às dimensões curriculares e extracurriculares.

Os materiais disponibilizados aos educadores são voltados para a prevenção da violência e o MEC não divulga cartilhas ou ferramentas didáticas sobre ESI.

As instituições de ensino devem atender ao disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais –PCNs– A educação sexual aparece nesses Parâmetros como tema transversal. Nem todas as escolas o adotaram e está em processo de adaptação.

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>

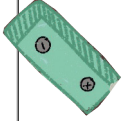
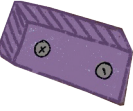
Há legislação específica, bem como políticas expressas em programas nacionais que são opcionais para alguns Estados (de acordo com a sua organização político-territorial).

O Brasil está entre os países da América Latina que mais se aproximam das concepções de educação em sexualidade com abordagem integral, segundo as diretrizes da UNESCO.

Além disso, existem instrumentos que incidem nas políticas públicas como complemento à ESI, em atendimento ao DSR (Distribuição gratuita de medicamentos às pessoas com HIV e AIDS / Obrigação do Estado, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), de promover condições e informações, recursos educacionais, técnicos e científicos que assegurem o livre exercício do planejamento familiar).

Chile	
<p>Lei 20.418 Lei Sanitária de 2010 Lei 20.422 Direitos das pessoas com deficiência. Lei 19.779 HIV - Lei de prevenção e assistência à AIDS Lei 20.370 Garantia de escolaridade para meninas e adolescentes grávidas ou mães. 2001: Programa de Sexualidade Responsável, Pastas de Saúde, Educação e Serviço Nacional da Mulher (SERNAM) 2004: Política de Educação Sexual e Plano de Ação Programa Nacional de Saúde Integral de Adolescentes e Jovens 2012-2020</p>	<p>No Chile não existe regulamentação específica que sobre a ESI. A Lei da Saúde 20.418 estabelece normas sobre informações, orientações e benefícios em matéria de regulação da fecundidade e obriga os estabelecimentos de ensino reconhecidos pelo Estado a implantar um Programa de Educação Sexual no nível de ensino médio. No âmbito da referida Lei, o Ministério da Educação (ME) apoia e orienta os estabelecimentos para que possam abordar a formação em sexualidade, afetividade e gênero com os seus alunos. Oferece material didático completo que pode ser definida como INTEGRAL, para todos os níveis, inclusive educação para crianças com deficiência. Incluem orientações sobre diversidades sexuais https://convivenciaparaciudadania.mineduc.cl/formacion-para-la-vida/sexualidad-afectividad-y-genero/ No entanto, confere autonomia para definir os programas com base nos seus projetos de ensino, não estando previstos mecanismos de acompanhamento e avaliação para os referidos planos. Os processos de protesto e mobilização política e institucionais ocorridos a partir de 2018 colocaram na agenda política as reivindicações de mulheres, dissidentes e jovens. A redação do projeto constitucional de 2022 previa a ESI na sua estrutura. Porém, a rejeição do projeto por parte da sociedade chilena, faz com que a discussão sobre sua implantação tenha um espaço incerto na atualidade.</p>

Paraguai	
<p>Lei nº 1.264 Geral de educação. Lei 4313/11 sobre o orçamento para programas de saúde reprodutiva. Lei do Código da Infância e Adolescência nº 1.680. Plano Nacional de Saúde Sexual e Reprodutiva. Lei 6202/18 regulamenta a prevenção do abuso sexual e o atendimento integral a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. A Resolução 29.664/17 e a Resolução 1.761 proíbem a educação sexual integral.</p>	<p>No Paraguai não existe regulamentação específica que regule o ESI. A Lei Geral de Educação regula tudo o que se refere ao ensino nas instituições públicas, privadas e subsidiadas a cargo do Ministério da Educação e Ciências (MEC) a qual sustenta uma perspectiva de Direitos Humanos com base na igualdade de gênero. O artigo 14 do Código da Criança e do Adolescente refere-se à garantia de serviços e programas de saúde e educação sexual integral para crianças e adolescentes, com a participação ativa da sociedade e principalmente dos pais e familiares. O direito à ESI está sujeito aos valores familiares. O Plano de Saúde Sexual e Reprodutiva afirma o "Direito à informação e à educação que deve ser acessível, verdadeira, completa e adequada à idade das pessoas". Possui normas para crianças e adolescentes vítimas de abuso que obrigam a divulgar informações para prevenção, atendimento integral e detecção precoce na escola. No entanto, até o momento a lei não é regulamentada e não é aplicada. Por outro lado, a Resolução 29.664/17 proíbe a divulgação e utilização de materiais referentes à teoria e/ou ideologia de gênero nas instituições de ensino dependentes do MEC. A resolução não define os conceitos, mas dá margem a interpretações e intromissões na tarefa educativa que, na prática, dificultam a possibilidade de acesso de crianças e adolescentes aos conteúdos. Por fim, a Resolução 1.761/19 do MEC considera que o que se chama de "ideologia de gênero" não deve estar presente na ESI e que a educação dos filhos é potestade dos pais.</p>



Uruguai

**Lei nº 18.437- Lei de Educação Geral.
Programa de Educação Sexual.
Administração Nacional de Educação
Pública.**

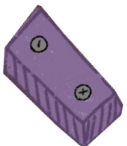
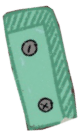
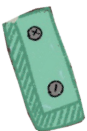
O Uruguai conta com um Programa de Educação Sexual que se aplica a todos os níveis educacionais, baseado na incorporação transversal do eixo da educação sexual no currículo desde a educação inicial. Existem conteúdos de ensino explícitos nas áreas de conhecimentos Sociais, da Natureza, Corporais e conhecimentos Artísticos.

Em seguida, por meio de currículos específicos, os conteúdos são adaptados às necessidades e exigências de cada nível educacional.

As linhas de trabalho têm uma perspectiva integral e se baseiam em 4 dimensões: diversidade, gênero, direitos e saúde sexual e reprodutiva. Não há informação ou acompanhamento sobre a implantação desse conteúdo curricular no ensino privado. Destaca-se que os avanços normativos da Lei da Violência contra a Mulher, baseada em gênero, e da Lei Integral das Pessoas Trans, incorporam definições e princípios de intervenção que conferem centralidade aos direitos das vítimas e à reparação dos danos.

No caso do nível primário, foi atualizado em 2008 um novo currículo que incorpora a disciplina nas áreas de conhecimento social, conhecimento da natureza e conhecimento corporal. No entanto, fica a critério do professor incorporar e tratar o assunto em sala de aula.

Existem materiais didáticos para ESI elaborados pelo Programa de Saúde Sexual e Reprodutiva do Ministério da Saúde.



Venezuela

Constituição da República Bolivariana da Venezuela (1999)
Lei Nacional da Juventude (Diário Oficial 37.404, 2002)
Lei Orgânica da Educação (Diário Oficial nº 5.929 Extraordinário, 2009)
Lei de Responsabilidade Social no Rádio, Televisão e Mídia Eletrônica (Diário Oficial 39.610, 2011)
Lei Orgânica de proteção à criança e ao adolescente (última atualização do Diário Oficial nº 6.185, de 8 de junho de 2015)
Lei Orgânica do Direito da Mulher a uma Vida Livre de Violência (2007)
Resolução emanada do MPP para as ONGs de Educação que trabalham a ESI, algumas em articulação com o Estado.

A Constituição da República Bolivariana da Venezuela (1999) reconhece em seu artigo 76 a proteção da maternidade, paternidade e direitos sexuais reprodutivos, incluindo informação, educação e serviços. No entanto, não existe nenhuma lei no campo legislativo que regule especificamente a ESI.

O conjunto normativo que dá conta e possibilita a ESI inclui o tema da saúde sexual e da sexualidade no campo educacional, mas como uma perspectiva a ser incorporada como um programa educacional. Encontram-se documentos onde se destacam os conteúdos curriculares a incorporar nas escolas por nível de ensino. Não há articulação com as disciplinas, portanto não há clareza em relação à interação dos conteúdos curriculares da ESI com os de cada disciplina. Destaca-se a resolução emanada do Ministério do Poder Popular para a Educação de 2021, que estabelece linhas de ação para planejar, operacionalizar, monitorar e avaliar as ações relacionadas à transversalização da EIS no currículo dos Níveis e modalidades da Educação Básica Subsistema" (art. 8º). No entanto, ainda não existem guias publicados para o currículo de cada disciplina.

No país, destacam-se as ações de organizações sociais em articulação com alguns órgãos do Estado. Há material de acesso público que possibilita conteúdos sobre sexualidade e emoções em crianças e adolescentes, mas aborda o tema de forma específica e não do currículo educacional. Outras organizações que constroem propostas para trabalhar o ESI são Unfpa, Plafam, Cedex, Faldas-R, Efecto Cocuyo, Avesa (centro de consulta virtual), projeto ESI Venezuela 2021 (plataforma virtual), Visible Girls 2019 (Projeto Mulheres).

Os educadores contam com materiais didáticos e guias para aplicação da ESI, elaborados por entidades oficiais e não oficiais e em conjunto.
[https://venezuela.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Manual%20UP EL.pdf](https://venezuela.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Manual%20UP%20EL.pdf) e
[https://venezuela.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/P_orientaciones %20sexuales.pdf](https://venezuela.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/P_orientaciones%20sexuales.pdf)





Reações que são contrárias à ESI – Grupos antidireitos

Os discursos que tentam desacreditar à ESI são produzidos em distintos âmbitos e não só no digital ou na normativa escrita. Logo, as conclusões desta seção não são representativas de âmbitos não digitais, entretanto, é um primeiro exercício para visibilizar o problema das ideias que circulam nas redes desestimando a aplicação da ESI. Por isto a importância das redes sociais na construção da opinião pública e das ideias sociais que circulam nos meios de comunicação digital.

A estratégia metodológica consistiu em analisar o conteúdo de manchetes e comentários em jornais digitais, cadeias de mensagens do WhatsApp, postagens do Twitter e de outras redes sociais, e referenciados em um período temporal variável. Ou seja, um acontecimento desencadeado a partir de um determinado marco¹¹. Estes acontecimentos estão diretamente relacionados à ESI e entende-se que causaram repercussão na mídia em cada um dos países.

Ao trabalhar com essas expressões, tomamos como técnica a Análise Crítica do Discurso, que, nas palavras de Van Dijk: *“é uma perspectiva crítica sobre a realização do saber: é, por isto, uma análise do discurso realizado com atitude”*. Centra-se nos problemas sociais, e especialmente no papel do discurso na produção e reprodução do abuso de poder ou dominação” (2003). Esta pesquisa pretende explicar as estruturas e canais discursivos por meio dos quais as relações de dominação na sociedade são legitimadas e reproduzidas e, sobretudo, os lugares discursivos ocupados pelos grupos antidireitos que dificultam o acesso à ESI.

A partir da leitura das diferentes expressões antidireitos -em torno a um marco referencial- foram estruturadas ideias e lógicas que

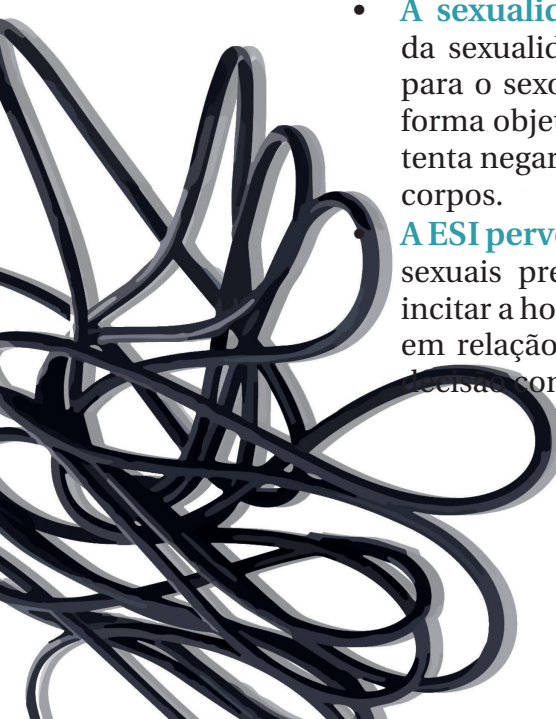
11 - Marcos: "O conceito de marco é usado em nossa linguagem especialmente para se referir àquele evento ou evento relevante, notável, e que como tal se tornará um ponto de referência e quase sempre como consequência dessa tremenda influência que marca um antes e um depois." no contexto em que ocorre. (Definição ABC, s.f.)

atentam contra o acesso à educação sexual integral. Estas foram catalogadas em diferentes formatos argumentativos, e cada uma delas, dentro do levantamento e classificação realizados pelas equipes de pesquisa do Uruguai, do Paraguai, da Venezuela, do Chile, do Brasil e da Argentina.

Os grupos corporativos que se opõem à ESI se apegam a uma ordem social (desigual) e a interpretam como um ataque (um perigo) que colocaria sob ameaça uma forma de vida “normal” ocasionando supostos danos.

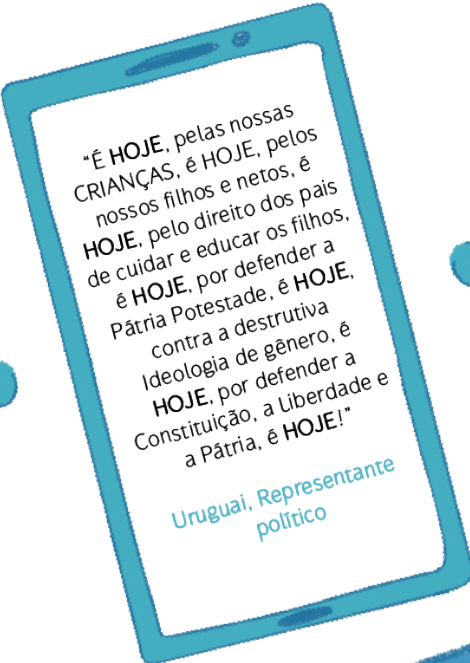
Seus postulados são:

- **A moral é única:** a consciência baseia-se no respeito daquilo que está estabelecido, a ordem hierárquica, o esforço pessoal, as diferenças sociais, a meritocracia, a família e o patriotismo. No fundo da questão mantém-se uma ordem econômica e social que perpetua as desigualdades com uma intervenção mínima dos Estados.
- **As mulheres são subordinadas:** as mulheres devem adaptar-se ao mandato cultural, social e religioso de subordinação aos homens, aceitando as características tradicionalmente associadas ao seu gênero, servindo a reprodução da espécie. O prazer lhe é negado ou é um pecado e seu lugar na sociedade é ocupar os espaços domésticos e de cuidado.
- **As crianças são incapazes:** impõe-se a lógica tutelar em que os menores são considerados incapazes de tomar decisões, cabendo-lhes o papel de obedecer aos mais velhos. O exercício dos direitos é mediado em primeiro lugar pela figura do pai e, em segundo lugar, pela figura da mãe. A ideia de inocência infantil é sustentada como um espaço de não-saber ou de discernimento.
- **A religião ordena a vida:** a(s) igreja(s) é(são) quem determina quais comportamentos os corpos devem ter. A sexualidade é anulada e vista como pecado. Em geral, o discurso é centrado na individualidade, divide a população e reconhece como superiores àqueles que seguem a doutrina imposta.
- **A sexualidade é heteronormativa:** as expressões dos corpos e da sexualidade correspondem ao que é socialmente normatizado para o sexo biológico. Eles se apoiam em argumentos biólogos de forma objetiva e natural. Esse olhar se aproxima da visão religiosa e tenta negar que existem outras formas de entender e ver os próprios corpos.
- **A ESI perverte:** sustentam que a Educação Sexual promove relações sexuais precoces. Também que perverte a orientação sexual ao incitar a homossexualidade. Desconhecem as evidências produzidas em relação à promoção da saúde, prevenção de IST e tomada de decisões consciente.



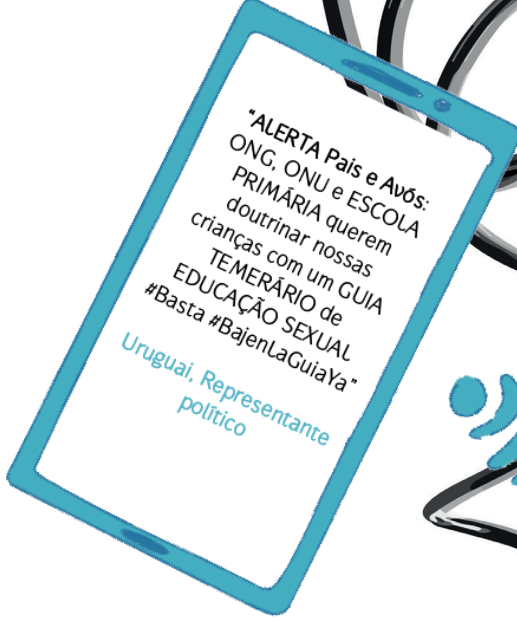
Ferramentas que utilizam os grupos antidireitos

- **A organização:** articulam ações por meio de grupos e associações ligadas entre si. Permeiam estruturas de poder político, econômico, sindical, religioso, etc. Têm interesse especial nos setores de educação e cultura e na mídia pública.
- **Incidência política:** Contam com poder de lobby. Recrutam referentes, circulam pelas repartições públicas, participam de eventos e mandam correspondência de forma sistemática. Fazem apresentações judiciais, pedidos de relatórios a legisladores/nas diferentes instâncias legislativas, etc.
- **Mobilização:** Utilizam estratégias dos movimentos aos quais se opõem: banners, ocupação de espaços públicos. Copiam métodos simbólicos como lenços, intervenções de rua, etc.
- **Confusão e mensagens falsas:** Espalham notícias falsas, sem evidência científica, mas com aparência de informação real, por isso conseguem confundir grande parte do público.
- **Desinformação e descrédito:** Apela para sentimentos enraizados na cultura e a partir daí operam, vitimizando-se. Questionam os avanços dos direitos, argumentando que “atacam” os interesses da cidadania, por isso devem ser considerados perigosos ou que colocam em risco ou outros.
- **Violência:** Exercem violência física, verbal e digital direta, ameaças e intimidação pública e privada. Usam extorsão dirigida a autoridades, bem como processos judiciais injustificados com o objetivo de reverter decisões políticas. Penetram nos grupos das forças de segurança e na administração da justiça para exercer ou promover a violência institucional. Atacam publicamente e nas redes sociais usam os bots. Sempre que possível, usam violência no local de trabalho, perseguição sindical, etc.



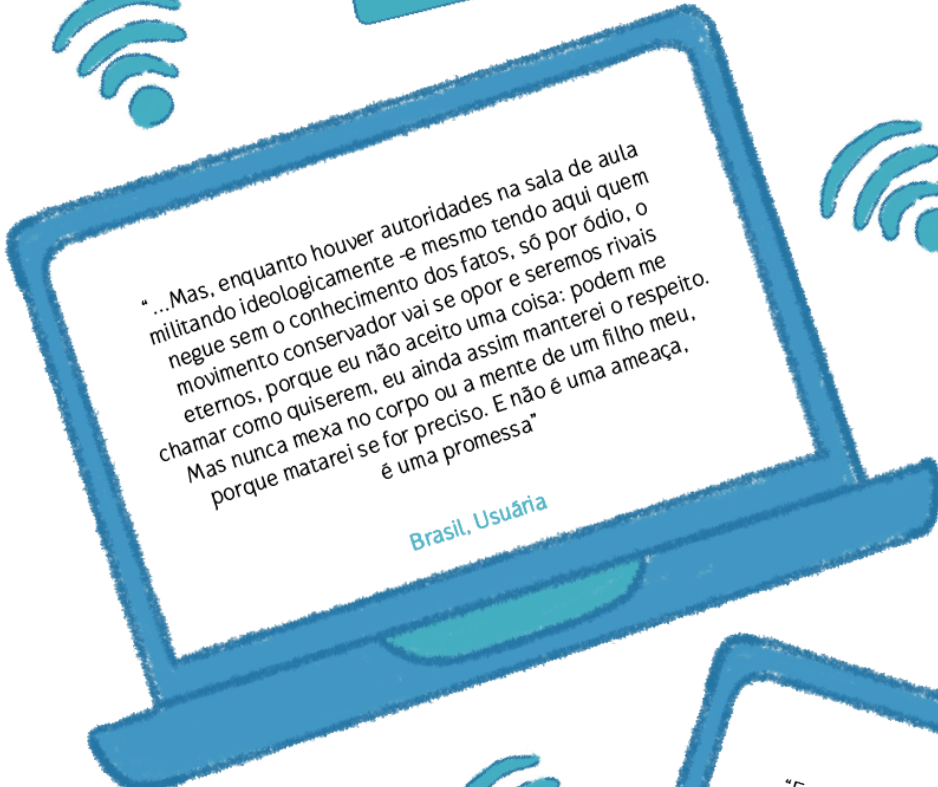
"É HOJE, pelas nossas CRIANÇAS, é HOJE, pelos nossos filhos e netos, é HOJE, pelo direito dos pais de cuidar e educar os filhos, é HOJE, por defender a Pátria Potestade, é HOJE, contra a destrutiva Ideologia de gênero, é HOJE, por defender a Constituição, a Liberdade e a Pátria, é HOJE!"

Uruguai, Representante político



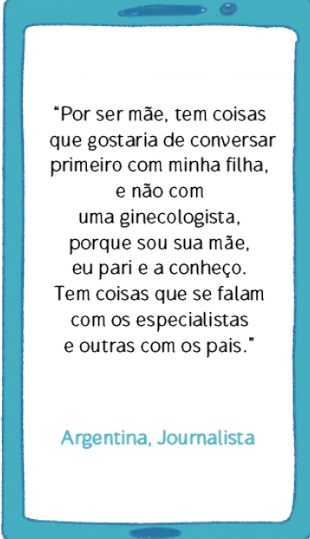
"ALERTA Pais e Avós: ONG, ONU e ESCOLA PRIMÁRIA querem doutrinar nossas crianças com um GUIA TEMERÁRIO de EDUCAÇÃO SEXUAL #Basta #BajenLaGuiaYa"

Uruguai, Representante político



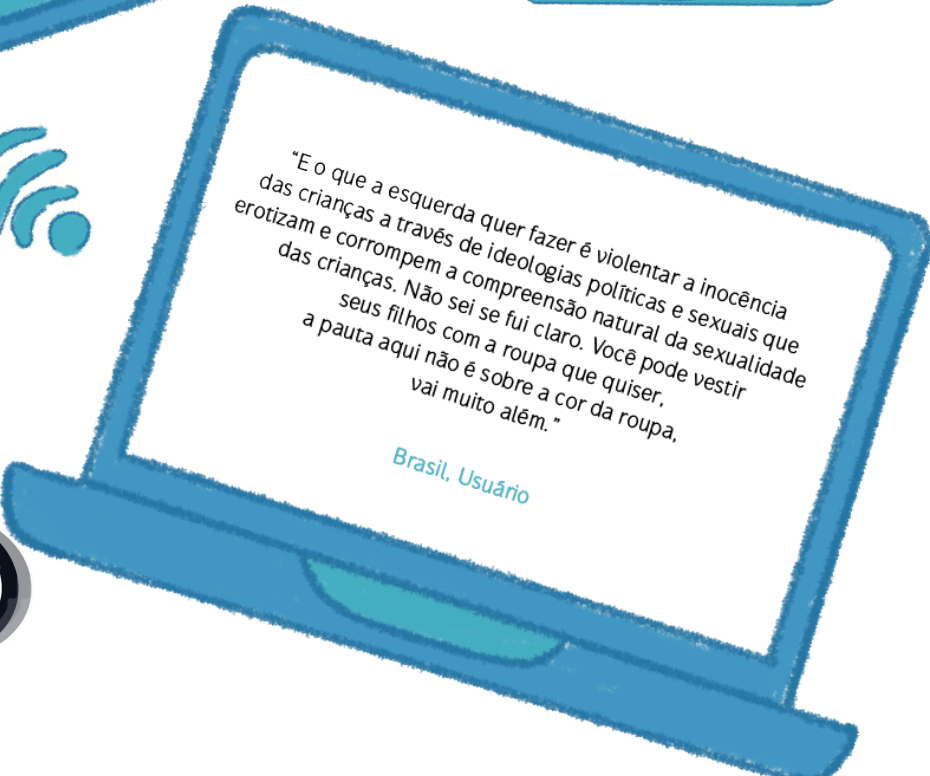
"...Mas, enquanto houver autoridades na sala de aula militando ideologicamente -e mesmo tendo aqui quem negue sem o conhecimento dos fatos, só por ódio, o movimento conservador vai se opor e seremos rivais eternos, porque eu não aceito uma coisa: podem me chamar como quiserem, eu ainda assim mantereí o respeito. Mas nunca mexa no corpo ou a mente de um filho meu, porque matarei se for preciso. E não é uma ameaça, é uma promessa"

Brasil, Usuária



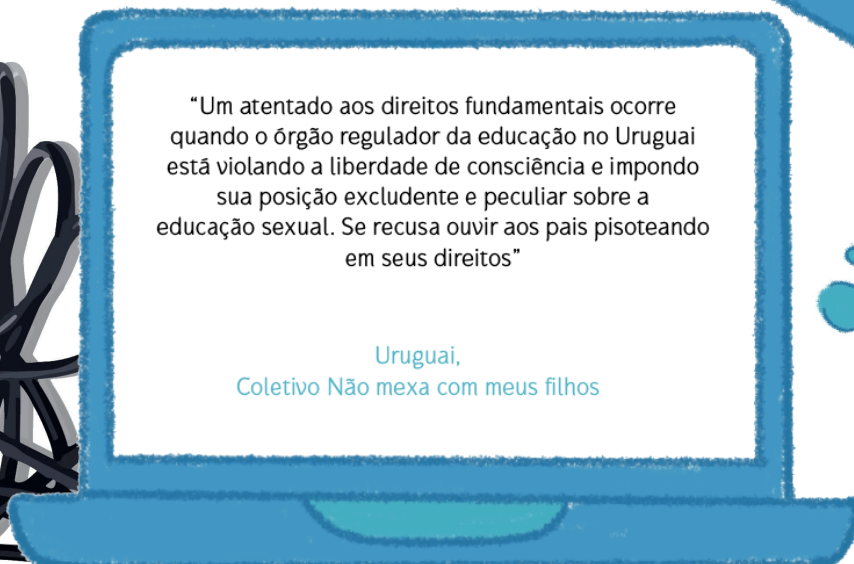
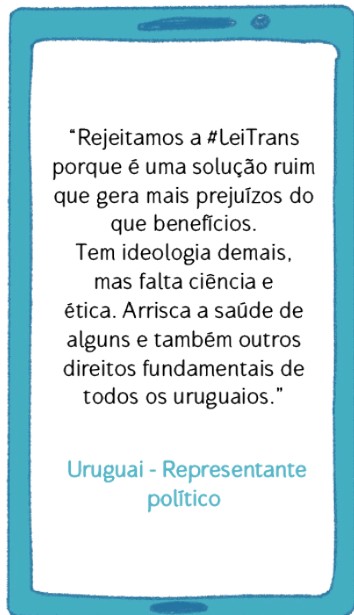
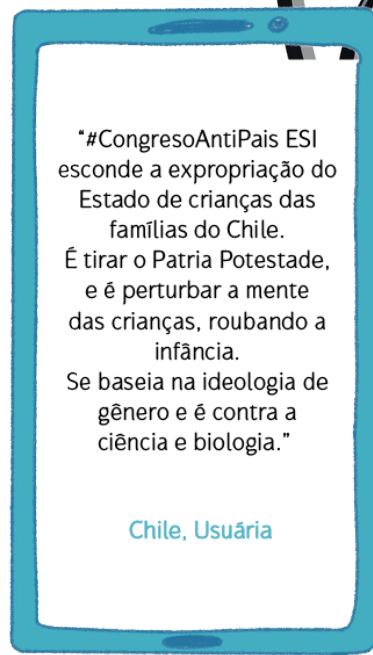
"Por ser mãe, tem coisas que gostaria de conversar primeiro com minha filha, e não com uma ginecologista, porque sou sua mãe, eu pari e a conheço. Tem coisas que se falam com os especialistas e outras com os pais."

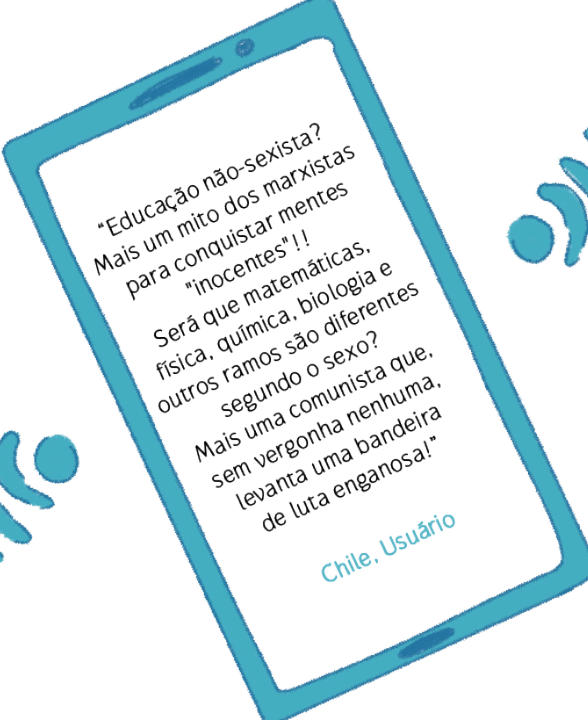
Argentina, Journalista



"E o que a esquerda quer fazer é violentar a inocência das crianças a través de ideologias políticas e sexuais que erotizam e corrompem a compreensão natural da sexualidade das crianças. Não sei se fui claro. Você pode vestir seus filhos com a roupa que quiser, a pauta aqui não é sobre a cor da roupa, vai muito além."

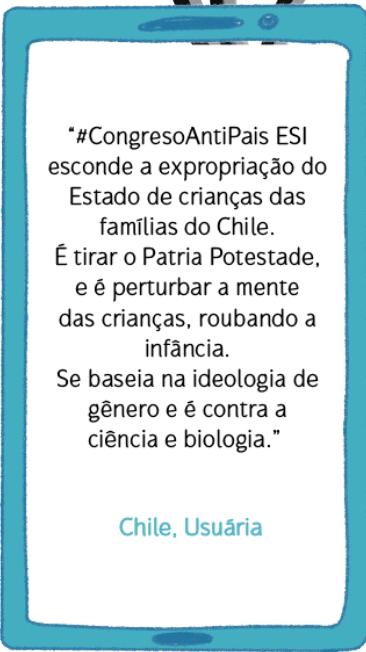
Brasil, Usuário





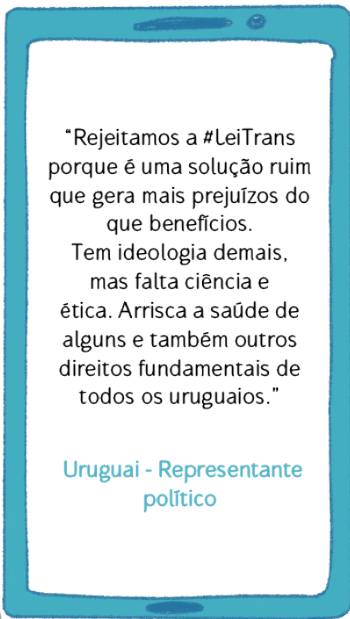
"Educação não-sexista?
Mais um mito dos marxistas
para conquistar mentes
"inocentes"! "
Será que matemáticas,
física, química, biologia e
outros ramos são diferentes
segundo o sexo?
Mais uma comunista que,
sem vergonha nenhuma,
levanta uma bandeira
de luta enganosa!"

Chile, Usuário




"#CongresoAntiPais ESI
esconde a expropriação do
Estado de crianças das
famílias do Chile.
É tirar o Patria Potestade,
e é perturbar a mente
das crianças, roubando a
infância.
Se baseia na ideologia de
gênero e é contra a
ciência e biologia."

Chile, Usuária



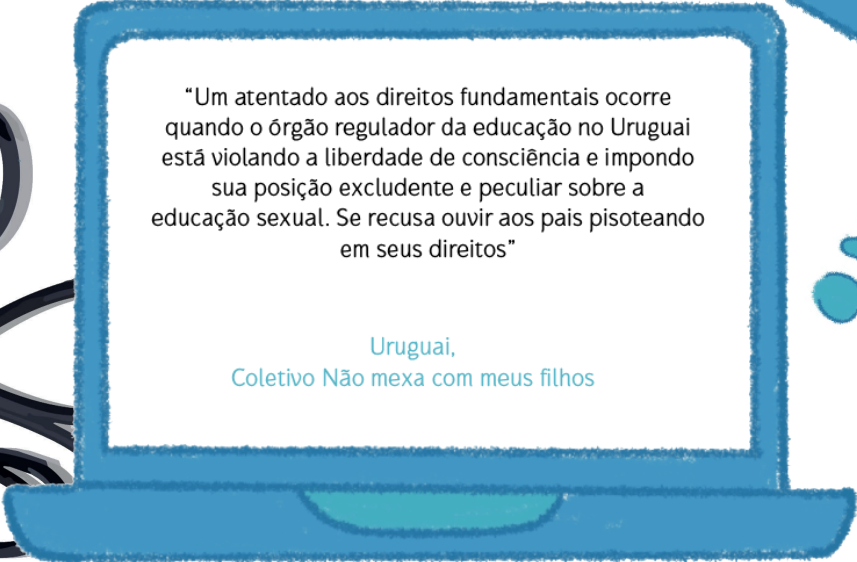
"Rejeitamos a #LeiTrans
porque é uma solução ruim
que gera mais prejuízos do
que benefícios.
Tem ideologia demais,
mas falta ciência e
ética. Arrisca a saúde de
alguns e também outros
direitos fundamentais de
todos os uruguaios."

Uruguai - Representante
político



"Eles começam te enganando com essa história de
que a #IdeologiaDeGênero significa 'igualdade entre
homens e mulheres' e no momento menos esperado
você tem um homem que acredita que é mulher
estudando com sua filha no colégio de mulheres.
Não, não é um país europeu. É o Chile,
aqui bem pertinho."

Chile, Usuário



"Um atentado aos direitos fundamentais ocorre
quando o órgão regulador da educação no Uruguai
está violando a liberdade de consciência e impondo
sua posição excludente e peculiar sobre a
educação sexual. Se recusa ouvir aos pais pisoteando
em seus direitos"

Uruguai,
Coletivo Não mexa com meus filhos



Trabalho de campo

O trabalho de campo foi realizado durante o ano 2022, com maior intensidade nos meses de setembro e outubro, período no qual se realizaram as oficinas com crianças e adolescentes e as pesquisas. Deve-se destacar que tanto as pesquisas quanto os grupos focais não foram selecionados ao acaso, mas por amostragens de especialistas, para os quais os percentuais quantitativos das pesquisas contêm uma estimativa dos desvios. Por sua vez, a informação qualitativa possui um aspecto descritivo muito alto sem chegar a determinar o número exato de casos ou populações cobertas.

As oficinas foram divididas em duas faixas etárias, pois os conteúdos sugeridos tem focos diferentes para cada uma. A primeira faixa esteve conformada por meninos e meninas de 9 a 12 anos (pré-adolescentes) e a segunda por adolescentes de 13 a 17 anos. As oficinas duraram em uma média de 2 horas e foram realizadas em centros comunitários, escolas e, como última instância, nos locais livres e disponíveis. As instalações em que foram realizadas reuniam, na sua imensa maioria, as condições desejáveis para um bom desenvolvimento, sendo este um dos requisitos solicitados pela equipe de pesquisa.

Em média, 16 meninos e meninas participaram de cada oficina da faixa etária dos 9 aos 12 anos e 14 adolescentes nas oficinas entre os 13 aos 17 anos, atingindo o número estimado pela metodologia. No total, trabalhou-se com 312 crianças e adolescentes no primeiro grupo e 210 adolescentes no segundo.

As oficinas foram compostas por três momentos de avaliação dos diferentes temas que a ESI aborda. O primeiro tinha em conta a importância de formar um grupo e apresentar o assunto enquanto os seguintes eram estritamente avaliativos do grau de conhecimento sobre a puberdade, mudanças no corpo, sexualidade, responsabilidade nas relações e métodos contraceptivos. A finalização das oficinas incluiu uma atividade que visava retomar o que foi trabalhado na oficina e conduzi-la a uma proposta de intervenção, que nem sempre se conseguia concretizar devido à dispersão de algumas turmas de crianças e adolescentes.

Ao final das instâncias das oficinas, foi distribuído a cada participante um manual elaborado especialmente para essas oficinas, contendo informações completa sobre cada um dos temas trabalhados com o objetivo de reforçar conhecimentos e socializar entre pares essa informação.

Depois de avaliar os resultados de cada um dos encontros, observamos que 33 oficinas foram bem-sucedidas, sendo 18 do primeiro grupo e 15 do segundo, de acordo com a seguinte distribuição por países:



Tabela n° 1: *Oficinas bem-sucedidas*

País	Dos 9 aos 12 anos	dos 13 aos 17 anos	Total
Venezuela	1	1	2
Argentina	4	3	7
Chile	3	2	5
Paraguai	3	3	6
Uruguai	4	3	7
Brasil	3	3	6
Total	18	15	33

Por outro lado, os questionários que estavam destinadas a informantes-chaves foram amplamente respondidos. No total, foram realizados 337 questionários a informantes-chaves que atuam nas áreas de saúde e educação. O número mínimo de questionários era de 20, devido à sua especificidade. A distribuição por país foi variada, de acordo a:

Tabela n° 2: *Número de questionários por país*

País	Quantidade
Argentina	29
Brasil	19
Chile	45
Paraguai	30
Uruguai	21
Venezuela	193
Total	337

Em general, quem trabalha no setor de educação e saúde são mulheres, inclusive com algumas diversidades. A partir dos dados coletados, pode-se observar um alto percentual de participação no estudo.

Tabela nº 3: *Quantidade de questionários por país*

País	Mulher	Nao binario	Homem	Total
Argentina	86.21%	6.90%	6.90%	100%
Brasil	89.47%	-	10.53%	100%
Chile	84.44%	-	15.56%	100%
Paraguai	79.31%	-	20.69%	100%
Uruguai	76.19%	-	23.81%	100%
Venezuela	88.71%	-	11.29%	100%
Total	86.32%	0.61%	13.07%	100%

A maioria das pessoas consultadas é docente ou trabalha na área educativa (diretores de instituições educativas, profissionais de psicologia ou psicopedagogia). Do total, 16,56% pertencem ao setor saúde e aproximadamente 8% trabalham em áreas do governo ou em outros espaços políticos e sociais.

Tabela nº 4: *Distribuição de pessoal entrevistado de acordo ao sua função*

País	Diretor escolar	Docente ou outro profissional da educação	Outros	Trabalha no setor saúde (agente ou direção)	Total
Argentina	37.93%	48.28%	3.45%	10.34%	100%
Brasil	11.11%	55.56%	11.11%	22.22%	100%
Chile	13.33%	31.11%	2.22%	53.33%	100%
Paraguai	7.14%	46.43%	3.57%	42.86%	100%
Uruguai	23.81%	38.10%	4.76%	33.33%	100%
Venezuela	25.70%	61.45%	11.17%	1.68%	100%
Total	22.50%	52.81%	8.13%	16.56%	100%



Obstáculos na implementação da ESI: questionário a agentes sanitários e docentes

Os obstáculos que se evidenciam nos trabalhos de pesquisa do grupo podem ser divididos em dois níveis, macro e micro, que não são de forma alguma excludentes entre si. No campo do que poderia ser considerado macro, está a falta de orçamentos que garantam os direitos das crianças e dos adolescentes em geral, o que se traduz, então, em interrupções de políticas públicas da ESI, escassez de capacitação docente e o não-monitoramento existente dos conteúdos apropriados.

Por outro lado, nas instâncias microssociais se observa a influência prejudicial das posturas individuais adultocêntricas e heteronormativas na concepção e implementação de planos, programas e conteúdo de sala de aula em torno da ESI.

No entanto, esses processos que dificultam a implementação da ESI não são homólogos nos diferentes países. A partir dos dados coletados nos questionários, observa-se como funcionam esses dois processos em cada país.

No centro desse cenário estão os grupos anti-ESI com seus discursos de ódio aos corpos de crianças e adolescentes, impactando no nível micro por meio da recusa ou evasão de docentes e diretivos diante da implementação do currículo da ESI; e a nível macro, buscando sancionar regulamentações que proíbam, bloqueiem ou desmotivem a ESI na sociedade.

Os questionários aplicados tiveram como objetivo indagar o grau de prevalência dos obstáculos referidos em cada um dos países participantes.

Resultados dos questionários a docentes, diretores e agentes sanitários

Em relação ao conhecimento por parte dos funcionários da educação e da saúde sobre legislação em ESI, é pouco encorajador que apenas um pouco mais da metade reconheça a existência de regulamentos a nível nacional. Por outro lado, a legislação em nível local é pouco conhecida, como foi visto nas seções anteriores. Observa-se, no entanto, que quando o país não possui legislação específica, há um porcentual maior que informa conhecer a legislação internacional.

Na Argentina, por exemplo, os resultados mostram que não há conhecimento sobre legislação internacional, enquanto que no Brasil afirmam que não existe ou não se conhece legislação local.






Tabela nº 5: *Conhece sobre a existência de legislação/regulamentos em nível local, nacional e/ou internacional em ESI*

País	Internacional	Local	Nacional	Total
Argentina	-	14.81%	85.19%	100%
Brasil	30.00%	-	70.00%	100%
Chile	28.57%	11.43%	60.00%	100%
Paraguai	40.00%	13.33%	46.67%	100%
Uruguai	18.75%	6.25%	75.00%	100%
Venezuela	50.00%	0.93%	49.07%	100%
Total	36.02%	5.69%	58.29%	100%

A Com base nesses resultados, inferimos que o conhecimento da legislação nacional operaria favoravelmente no sentido de responsabilidade dos agentes entrevistados como integrantes de instituições estatais que garantam os direitos das crianças e adolescentes.

A maioria das pessoas pesquisadas no Uruguai e na Venezuela manifestaram estar desinformadas a respeito das normas locais, o que evidencia impedimentos na hora de pensar no funcionamento da proposta e na implementação da ESI.

A incorporação da temática das diversidades e/ou dissidências sexuais nos programas da ESI corresponde ao que foi proposto pela UNESCO em relação a importância de abordar as diversidades sexuais como forma de reforçar o conhecimento:

(para) analisar os significados da sexualidade e gênero a partir de diferentes contextos, refletir sobre as crenças sociais que regulam o comportamento de homens e mulheres e entender como esta desigualdade afeta a vida das pessoas, a fim de propor mudanças que superem estas situações que vulneram os direitos das pessoas. (UNESCO, 2015).

No entanto, a maioria dos/das entrevistadas não sabe se o planejamento dos planos e programas em ESI inclui diversidades, o que pode ser um indício de sua invisibilização na hora de planejar a política pública. Porém, isso não acontece na Argentina e no Chile, onde as pessoas consultadas afirmam que existe participação de diversidades e/ou dissidências sexuais nos planos/programas de ESI.

Tabela n° 6: O planejamento/ implementação dos planos/programas de ESI no seu país inclui diversidades e/ou dissidências sexuais.

País	Não	Não sabe	Parcialmente	Sim	Total
Argentina	-	18.52%	14.81%	66.67%	100%
Brasil	-	47.37%	26.32%	26.32%	100%
Chile	-	40.00%	13.33%	46.67%	100%
Paraguai	6.90	65.52%	10.34%	17.24%	100%
Uruguai		42.86%	33.33%	23.81%	100%
Venezuela	0.52	58.03%	17.10%	24.35%	100%
Total	0.90	51.50%	17.37%	30.24%	100%

A maioria dos e das entrevistadas teve algum tipo de capacitação em ESI ou foi treinado em relação à temática por seus próprios meios, no entanto, podem ser observadas diferenças por país.

No caso da Argentina, a maioria reconhece ter participado de algum treinamento do Estado, no resto dos países o treinamento provém, sobretudo, de ONG's, coletivos de profissionais ou de pesquisas particulares que cada interessado/a tenha procurado pelos seus próprios meios.

Em conclusão, os percentuais de agentes treinados em ESI variam de médio a alto; 79.20% das e dos entrevistados afirmam ter formação em ESI. É importante destacar que, mesmo nos países onde não há programas de formação docente, existe conteúdo na Internet e cursos virtuais de fácil acesso, coincidindo com o que foi levantado sobre a legislação e currículo.

Tabela n° 7: Você recebeu treinamento em educação sexual?

País	Igreja	Não	Não, estudei só	Não, já sei o bastante sobre o tema devido a minha formação profissional	Sim	Sim, recibí do Estado	Sim, recibí de uma ONG	Total
Argentina	-	3.45%	20.69%	3.45%	3.45%	68.97%	-	100%
Brasil	-	26.32 %	26.32%	-	5.26%	21.05%	21.05%	100%
Chile	-	26.67 %	37.78%	2.22%	4.44%	26.67%	2.22%	100%
Paraguai	-	17.24%	27.59%	6.90%	6.90%	13.79%	27.59%	100%
Uruguai	-	4.76%	42.86%	-	38.10%	4.76%	9.52%	100%
Venezuela	1.09 %	23.91 %	28.80%	8.15	6.52%	19.02%	12.50%	100%
Total	0.61 %	20.80 %	29.97%	5.81%	7.95%	23.24%	11.62%	100%



Em relação aos dogmas religiosos e de como eles interferem no conteúdo da ESI, a maioria das e dos entrevistados considera que suas crenças religiosas não interferem com o seu trabalho e uma percentagem menor afirma não professar nenhuma religião. Essa percentagem de profissionais laicos é maior no Uruguai e no Chile. Deve se salientar que 9,69% declaram ter algumas dificuldades com o conteúdo de ESI. Entendemos que esse percentual é mínimo em relação ao que manifesta discordância com os temas.

No entanto, se cruzarmos os resultados da tabela nº 7 com os das tabelas nº 12 e 14, apresentadas posteriormente, que revelam o grau de concordância/discordância a respeito de determinados conteúdos da ESI, pode-se inferir a possibilidade de certa “negação” ou, pelo menos, uma percepção errada sobre a influência das próprias crenças no exercício de suas funções, uma vez que os temas menos consensuais têm associação direta com os dogmas religiosos cristãos.

Essa complexidade ou essa influência das ideias religiosas cristãs, se evidencia nas expressões das pessoas entrevistadas, como:

“Sendo sua abordagem abrangente, eu acho que esta dimensão deve ser considerada levando em conta a diversidade de atores e sujeitos que intervêm nos ambientes escolares (referindo à religião).” (entrevista realizada na Argentina)

“Não acho que (gerem) dificuldades, mas interferem, com certeza.” (entrevista realizada no Paraguai).

Tabela nº 8: *Você considera que suas crenças religiosas interferem na ESI?*

País	Às vezes tenho dificuldades com alguns conteúdos	Nenhuma	Não interferem com o meu trabalho	Não sei	Não sou religiosa/o	Sim	Total
Argentina	3.57 %	-	57.14%	3.57 %	32.14%	3.57%	100%
Brasil	-	-	57.89%	10.53 %	31.58%	-	100%
Chile	11.36%	-	29.55%	15.91 %	40.91%	2.27%	100%
Paraguai	7.41 %	3.70 %	62.96%	3.70%	22.22%	-	100%
Uruguai	5.00 %	-	35.00%	5.00%	45.00%	10.00%	100%
Venezuela	12.09 %	1.10 %	57.69%	20.33%	7.14 %	1.65%	100%
Total	9.69 %	0.94 %	52.81%	15.31 %	19.06%	2.19%	100%

De acordo com as respostas e sua distribuição por categoria, pode-se concluir que a incorporação da ESI depende, em grande parte, da situação particular de cada instituição educativa.



Na Argentina, as e os entrevistados reconhecem que existe incorporação da ESI, seja parcial ou total, enquanto no resto dos países, em muitos casos, consideram que não há incorporação. No Brasil, 50% opina que não é implementada, e no Paraguai, 39.29% se expressa no mesmo sentido. Algumas respostas reconhecem a heterogeneidade na implementação, além dos regulamentos que proíbam ou fomentem a ESI, dizendo que *“Depende muito do tipo de estabelecimento educacional”* (entrevista realizada no Chile).

Assim, fica claro que um dos obstáculos mais importantes na implementação da ESI depende da vontade dos diretores e docentes das instituições educativas.

Tabela n° 9: *Existe incorporação curricular da ESI para crianças e adolescentes?*

País	Escassa	Não	Não sei	Parcialmente	Sim	Total
Argentina	3.70%	3.70%	-	40.74%	51.85%	100%
Brasil	-	50.00%	12.50%	31.25%	6.25%	100%
Chile	-	32.35%	5.88%	38.24%	23.53%	100%
Paraguai	-	39.29%	-	42.86%	17.86%	100%
Uruguai	-	16.67%	5.56%	27.78%	50.00%	100%
Venezuela	-	29.61%	3.91%	30.73%	35.75%	100%
Total	0.33%	28.81%	3.97%	33.44%	33.44%	100%

Por outro lado, se indagou sobre as ações realizadas pelo Estado ou outros órgãos para implementar a ESI; diante disto, a maioria respondeu que elas são escassas. Além disso, 20.62% não sabe quais ações estão sendo realizadas enquanto que 14.43% considera que as ações realizadas são suficientes.

Tabela n° 10: *Considera que as ações realizadas para implementar a ESI são?*

País	Escassas	Insuficientes	Não se deveriam realizar	Não tem muito conhecimento	Suficientes	Total
Argentina	90.48%	-	-	-	9.52%	100%
Brasil	80.00%	-	-	13.33%	6.67%	100%
Chile	78.05%	2.44%	2.44%	14.63%	2.44%	100%
Paraguai	72.00%	4.00%	4.00%	12.00%	8.00%	100%
Uruguai	75.00%	10.00%	-	10.00%	5.00%	100%
Venezuela	50.30%	-	1.18%	27.81%	20.71%	100%
Total	62.20%	1.37%	1.37%	20.62%	14.43%	100%



Os entrevistados também foram perguntados se já tinham sido consultados por crianças e adolescentes em relação a questões de sexualidade. A maioria prestou assistência para algum assunto sobre sexualidade a crianças e adolescentes (64.4%). Esse percentual é um pouco menor no caso dos que trabalham na área da saúde (51,81). Observa-se que esses percentuais diminuíram para a Venezuela e o Paraguai.

Tabela n° 11: *Algum estudante já pediu ajuda em algum tema sobre sexualidade?*

País	No, nunca	Sim	Sim, poucas vezes	Sim, varas vezes	Total
Argentina	14.81%	3.70 %	33.33%	48.15%	100%
Brasil	6.25%	-	31.25%	62.50%	100%
Chile	17.65%	2.94%	26.47%	52.94%	100%
Paraguay	42.31%	-	23.08%	34.62%	100%
Uruguay	11.76%	-	35.29%	52.94%	100%
Venezuela	46.07%	1.12%	35.96%	16.85%	100%
Total	35.57%	1.34%	33.22%	29.87%	100%

A antecipação do sentido que orientou o trabalho de pesquisa afirma que os obstáculos mais importantes para a implementação da ESI são aqueles ligados às crenças e vontades das pessoas nela envolvidas. Em função disto, foram feitas perguntas destinadas a revelar o grau de concordância dos e das agentes do sistema de saúde e educação com os conteúdos da ESI recomendados pela UNESCO.

Neste caso, para os conteúdos destinados a crianças e adolescentes dos 9 aos 12 anos existem porcentagens importantes, até 40%, de agentes que não concordam ou concordam ligeiramente com a sua abordagem. Com base nas análises de variabilidade (coluna CV, tabela n° 12), pode-se garantir que existem algumas temáticas que atingem um bom consenso e outras em que as opiniões são mais variáveis (destacam-se com asterisco na tabela n° 12 as temáticas de maior debate).

Chama a atenção a discrepância em três questões, que podem ser consideradas as mais controvertidas: educação laica; masturbação, gravidez planejada, heterossexualidade, homossexualidade e aborto; e a diferença entre gênero e sexo biológico.

Os países que mais discrepâncias apresentaram com as temáticas recomendadas pela UNESCO foram o Paraguai e a Venezuela. No Paraguai, este resultado pode ser interpretado de acordo ao avanço dos grupos antidireitos em termos de legislação contrária da ESI, enquanto que no caso da Venezuela vários fatores parecem incidir desse modo se descarta uma única explicação a esse fenômeno.

Tabela nº 12: Respostas sobre as temáticas recomendadas pela UNESCO sobre a ESI para meninos e meninas dos 9 aos 12 anos.

Temas	Concorda plenamente	Concorda parcialmente	Não concorda	Total	Var	CV
Deveriam ter uma educação laica, com possibilidade de conhecer diferentes crenças/religiões. *	59.66%	27.73%	12.61%	100%	0.50454	20.42%
Sobre bullying e maus tratos a colegas/amizades	77.46%	14.75%	7.79%	100%	0.36806	13.63%
A diferença entre gênero e sexo biológico. *	67.92%	24.58%	7.50%	100%	0.39088	15.01%
Discutir os papéis de gênero e violências de gênero dentro do lar.	78.24%	17.57%	4.18%	100%	0.27580	10.06%
Ensinar sobre as partes do corpo íntimas/privadas e os limites sobre elas de parte das outras pessoas.	79.59%	13.47%	6.94%	100%	0.33806	12.39%
Informações sobre direito à saúde e acesso à atenção de qualidade para crianças e adolescentes, independentemente do posicionamento dos ou das adultos/as responsáveis.	73.14%	21.07%	5.79%	100%	0.33648	12.59%
Quais são e como se produzem as mudanças no corpo, a menstruação e a puberdade, bem como as particularidades que pode ter cada indivíduo.	77.50%	16.67%	5.83%	100%	0.32024	11.79%
Definições sobre masturbação, gravidez planejada, heterossexualidade e homossexualidade e aborto. *	60.08%	26.89%	13.03%	100%	0.50476	20.43%
Total	71.75%	20.30%	7.94 %	100%		

Nota: (*) Temáticas com maior debate

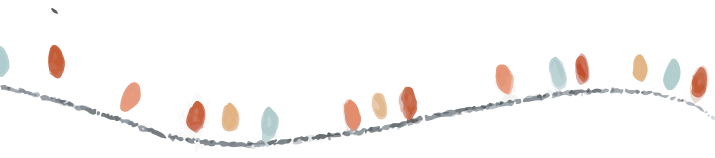


Tabela nº 13: Respostas sobre as temáticas recomendadas pela UNESCO sobre ESI para meninos e meninas dos 9 aos 12 anos, por país

País	Concorda plenamente	Concorda parcialmente	Não concorda	Total	Var	CV
Argentina	83.96%	12.26%	3.77%	100%	0.179	6.63%
Brasil	81.48%	18.52%	0.00%	100%	0.146	5.35%
Chile	78.07%	12.27%	9.67%	100%	0.256	9.50%
Paraguai	72.97%	16.76%	10.27%	100%	0.344	13.90%
Uruguai	85.31%	8.39%	6.29%	100%	0.090	3.21%
Venezuela	66.58%	25.13%	8.29%	100%	0.309	12.27%
Total	71.79%	20.28%	7.92%	100%	0.282	

No caso das temáticas de ESI voltadas para adolescentes dos 13 aos 17 anos, observa-se maior concordância em todos os temas abordados e um grupo ao menos que discorda total ou parcialmente. Ao analisar a variabilidade das respostas, verifica-se certa discrepância em três eixos temáticos: relações homossexuais, heterossexuais e outros formatos respeitosos; identidade de gênero, sexo biológico, orientação sexual, consentimento nas relações sexuais; e violência por razões de gênero.

Assim como nas respostas de crianças dos 9 aos 12 anos, os casos do Paraguai e da Venezuela são os que apresentam menos concordância em relação às temáticas.

Tabela nº 14: Respostas sobre as temáticas recomendadas pela UNESCO sobre a ESI para meninos e meninas dos 13 aos 17 anos

Temas	Concorda plenamente	Concorda parcialmente	Não concorda	Total	Var	CV
Sobre relações homossexuais, heterossexuais e de outros formatos respeitosos (como falar sobre ciúmes, violência de gênero, estigmas sociais)*	68.31%	24.28%	7.41%	100%	0.38785	14.87%
As uniões de fato e o matrimônio na infância não dependem da família, são proibidas por lei.	63.09%	22.75%	14.16%	100%	0.53544	21.51%
A diferença e significado de identidade de gênero, sexo biológico, orientação sexual.*	71.85%	20.17%	7.98%	100%	0.39209	14.86%
Discutir o papel de gênero e violências de gênero dentro do lar.	77.45%	16.60%	5.96%	100%	0.32435	11.95%
Consentimento nas relações sexuais, violência por razões de gênero.*	71.31%	17.30%	11.39%	100%	0.47000	18.08%
Informações sobre o direito à saúde e acesso à atenção de qualidade para crianças e adolescentes, independentemente do posicionamento dos ou das adultos/as responsáveis.	74.79%	20.94%	4.27%	100%	0.29465	10.89%
Refletir sobre os estereótipos de beleza, autoconhecimento, diversidades corporais e estigmas sociais.	74.79%	19.33%	5.88%	100%	0.33330	12.39%
Conhecimento consistente sobre gravidez planejada, métodos anticoncepcionais, doenças de transmissão sexual, métodos para prevenir essas doenças e aborto.	76.95%	17.70%	5.35%	100%	0.31160	11.47%
Total	72.33%	19.88%	7.79%	100%		

Nota: (*) Temáticas com maior debate

Tabela nº 15: Respostas sobre as temáticas recomendadas pela UNESCO sobre a ESI para meninos e meninas dos 13 a 17 anos, por país.

País	Concorda plenamente	Concorda parcialmente	Não concorda	Total	Var	CV
Argentina	89.42%	9.62%	0.96%	100%	0.124	4.60%
Brasil	77.50%	22.50%	0.00%	100%	0.188	6.85%
Chile	84.07%	10.17%	5.76%	100%	0.214	7.94%
Paraguai	74.40%	10.12%	15.48%	100%	0.565	22.85%
Uruguai	94.41%	3.50%	2.10%	100%	0.030	1.09%
Venezuela	63.99%	26.90%	9.12%	100%	0.396	15.71%
Total	72.29%	19.92%	7.80%	100%		



Dois itens do questionário foram dirigidos exclusivamente ao pessoal de saúde de atendimento primário. As respostas nesse sentido foram:


Tabela nº 16: *Alguma vez um paciente solicitou uma orientação sobre um tema de sexualidade?*

País	Não, nunca	Sim, poucas vezes	Sim, várias vezes	Total
Argentina	25.00%	25.00%	50.00%	100%
Brasil	12.50%	50.00%	37.50%	100%
Chile	10.71%	35.71%	53.57%	100%
Paraguai	37.50%	31.25%	31.25%	100%
Uruguai	37.50%	12.50%	50.00%	100%
Venezuela	66.33%	22.45%	11.22%	100%
Total	48.19%	26.51%	25.30%	100%

Em relação à predisposição para atender as consultas sobre sexualidade, mais da metade das e dos entrevistados comentou que considera que existe predisposição, e 36.92% considera que não existe. No entanto, dos comentários surge novamente que a qualidade de atenção em relação aos DSR depende muito do pessoal de saúde que está de plantão, expressando, por exemplo, que “depende do/da profissional que está de plantão” e “Nem sempre é fornecida a devida atenção por parte de todos” (resposta do Brasil e da Argentina)

Tabela nº 17: *Predisposição para atender as consultas sobre sexualidade dos adolescentes nos centros de saúde*

País	Não, nunca	Sim, poucas vezes	Sim, várias vezes	Total
Argentina	16.67%	41.67%	41.67%	100%
Brasil	8.33%	33.33%	58.33%	100%
Chile	-	9.09%	90.91%	100%
Paraguai	-	25.00%	75.00%	100%
Uruguai	-	28.57%	71.43%	100%
Venezuela	-	49.04%	50.96%	100%
Total	1.54%	36.92%	61.54%	100%



Por último, todos os participantes foram consultados sobre a existência de obstáculos ao acesso a uma ESI de qualidade, além da falta de implementação de políticas públicas. Os mais identificados foram: a sexualidade como um tabu, a falta de recursos materiais e humanos, a inexistente articulação entre o setor saúde e educação, informação incompleta sobre sexualidade por parte dos adultos às crianças e adolescentes, a recusa em atender nos centros sanitários os adolescentes não acompanhados por um adulto e o desconhecimento sobre os temas compõem a ESI. Nesse sentido, também foi destacada a falta de políticas de promoção de ESI e o treinamento.

A respeito da existência de organizações contrárias à implementação das normativas que promovam a ESI, os entrevistados responderam que identificam grupos religiosos, evangélicos e católicos, e alguns partidos de direita. Por sua vez, esses grupos são reconhecidos como “Pañuelos celestes” (lenços azuis-claros), evangélicos, católicos fundamentalistas, pró-vidas, pró-família, ou então, grupos de pais que se refugiam no slogan “não mexa com meus filhos”. Todos estes comentários coincidem com os discursos anti-ESI detectados na pesquisa prévia.

Nesse caso, é fundamental destacar que esses grupos não apenas assumem posturas contrárias à ESI, como também se opõem às conquistas dos direitos humanos em outros campos, tendo diversos destinatários para suas ações. “Os discursos de injúria ou desqualificação de grupos conservadores não são novos nem costumam coincidir com o reconhecimento de direitos a grupos de pessoas historicamente discriminadas” (UNESCO,2020).





Conteúdos e metodologias de ensino da ESI: o quanto as crianças e adolescentes conhecem sobre a ESI e quais abordagens são adotadas pelas escolas

Conforme mencionado na seção de metodologia, as oficinas foram a principal ferramenta de coleta de informações para avaliar o grau de conhecimento sobre temas de ESI na população de crianças e adolescentes dos países em estudo. Essa população apresentou diferentes graus de conhecimento, sem que houvesse diferença significativa por país.

A primeira dinâmica realizada era parte de uma atividade quebra-gelo, na que foram introduzidos alguns temas de sexualidade. Os resultados das respostas gerais para cada grupo são resumidos abaixo:

Tabela nº 18: Resultados do primeiro momento da oficina no grupo 1 (dos 9 aos 12 anos)

Enunciado avaliado	Negativo	Positivo
Eu gosto de dançar	91.26%	8.74%
Tenho vergonha	59.22%	40.78%
Tenho redes sociais	44.50%	55.50%
Algum adulto falou comigo sobre sexualidade	74.76%	25.24%
Me apaixonei	75.00%	25.00%
Falo sobre questões de sexualidade com meus amigos/amigos/amigas/amigxs	69.76%	30.24%
Gosto de jogos eletrônicos	64.39%	35.61%
Me sinto bem com meu corpo	56.10%	43.90%
Quando tenho alguma dúvida sobre sexualidade, procuro na internet	35.68%	64.32%
Acho difícil dizer não	55.12%	44.88%
Bato papo virtual com estranhos	62.69%	37.31%
Total	91.26%	8.74%

A partir dos registros pode-se perceber que a maioria desse grupo teve instâncias de diálogo com pessoas adultas sobre sexualidade. Mais da metade indicou ter essas conversas com amigos e/ou que acessam a internet para tirar dúvidas.



Nessa faixa etária, também se percebe o interesse pelo uso de ferramentas virtuais (como os videogames), metade afirmou conversar com desconhecidos e 67% relatou usar ativamente as redes sociais. Outro dado importante é que três quartos das meninas e meninos que participaram das oficinas admitiram ter dificuldades em dizer não.


De acordo aos temas referidos à afetividade, 72% especificaram ter se apaixonado e sentir vergonha. Em relação à percepção corporal, a maioria indicou se sentir bem com seu corpo.

No Brasil, essa atividade foi especialmente significativa, pois, no momento de indicar o diálogo com os adultos sobre os temas de sexualidade, as crianças e adolescentes mencionaram que quem cumpre papel materno é, em sua maioria, quem abre esses espaços para o diálogo. A vergonha como um sentimento também apareceu nessa atividade..

Tabela nº 19: Resultados da primeira etapa da oficina no grupo 2 (dos 13 aos 17 anos)

Enunciado	Negativo	Positivo
Eu tenho redes sociais	4.17%	95.83%
Me apaixonei	0.00%	100.00%
Me senti discriminado/a	87.50%	12.50%
Algum adulto falou comigo sobre sexualidade	29.17%	70.83%
Me cuido	4.17%	95.83%
Eu falo sobre questões de sexualidade com meus amigos	41.67%	58.33%
Eu gosto de jogos eletrônicos	20.83%	79.17%
Eu me sinto bem com meu corpo	37.50%	62.50%
Tem coisas que não posso fazer porque sou mulher/porque sou homem	91.67%	8.33%
Acho difícil dizer não	45.83%	54.17%
Total	36.25%	63.75%

No caso do grupo dos 9 aos 12 anos, essa atividade não apresentou problemas em relação às palavras utilizadas, ou seja, as facilitadoras não precisaram elaborar explicações, evidenciando que as crianças e adolescentes possuem alguma familiaridade com o tema, havendo pouquíssimos casos onde os conceitos tiveram que ser ampliados.



Em relação às e aos adolescentes do grupo dos 13 aos 17 anos, houve várias confusões com os enunciados de tipo “aberto”, como “Me cuida” e “Acho difícil dizer não”. Em algumas oficinas, esses enunciados chegaram até a gerar dúvidas e debates nos grupos.

Das porcentagens obtidas em cada enunciado, é de notar que a diversidade de respostas permitiu assegurar que não existe uma realidade única, nem se evidenciam sentimentos de vergonha em falar sobre determinados temas na população consultada.

Em relação à aceitação com o próprio corpo, no grupo 1 um percentual menor afirmou que não sentia bem. No entanto, em algumas oficinas, a maioria dos que responderam negativamente foram as meninas. Esse resultado se modifica quando se analisa o grupo 2, em que o percentual de crianças e adolescentes que se sentem insatisfeitos com seu corpo é maior, algo que é esperado para essa faixa etária.

Mais da metade das crianças e adolescentes dos 9 aos 12 anos (72.27%) disseram já ter conversado com pessoas adultas sobre sexualidade em algum momento; a metade afirmou ter consultado na Internet em ocasiões específicas, e uma percentagem inferior (44.36%), relatou que conversa sobre sexualidade com seus amigos/as. Por fim, metade das crianças e adolescentes consultados, o que representa um número significativo, mencionou sobre a utilização das suas redes sociais na troca de mensagens com desconhecidos.

No caso do grupo 2, os percentuais de consulta a adultos sobre temas de sexualidade não refletem uma mudança substantiva, como também não, com os amigos. Verifica-se que nesse grupo quase todos possuem redes sociais (95.83%), ao contrário do grupo 1, em que 66.93% possuem.

Em relação à segunda etapa da oficina com o grupo 1, a atividade proposta foi pensada com o objetivo de detectar o grau de conhecimento de determinadas palavras-chaves que são aprendidas na ESI em sua faixa etária. Os resultados gerais mostraram que as **palavras-chaves são parcialmente conhecidas**, e que o conhecimento de seus significados é baixo.

Nessa atividade, além disso, foram registrados desconfortos, piadas e atitudes evasivas em relação aos temas, que não haviam se manifestados na dinâmica anterior, as respostas foram diversas e não foram encontrados padrões por países.

No caso do grupo 2, a atividade acima mencionada foi mais dinâmica. De maneira geral, se observou um manejo correto dos termos e significados da ESI. No entanto, algumas palavras tiveram que ser explicadas. Houve maior grau de concentração na atividade, ao contrário do grupo 1.

Após a detecção dos temas, a proposta termina com a tentativa de explorar os lugares onde crianças e adolescentes conseguem se informar sobre sexualidade; dos resultados do grupo 1 verifica-se que:

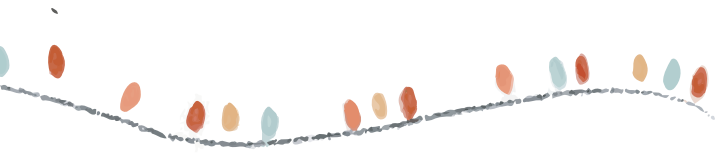
- 
- Na Argentina e no Chile a **escola** se torna central como espaço privilegiado para encontrar informação sobre sexualidade e, em segundo lugar, são as **famílias**.
 - No Uruguy, crianças e adolescentes colocaram num mesmo nível a informação que recebem na **escola** com aquela que recebem das suas famílias.
 - No Brasil, no Paraguay e na Venezuela, o espaço indicado de maior informação foi as **famílias**, a **escola** ficou em segundo lugar.
 - O terceiro lugar em que os e as participantes do grupo 1 disseram ter sido informados foi na interação com seus pares **e/ou amigos**. Com diferenças mínimas por país.
 - Outros espaços indicados foram: **Internet, filmes e séries e organizações comunitárias**.
 - Poucas crianças e adolescentes relataram obter informações de **igrejas ou espaços de ativismo ou militância**.
 - Para o grupo 2, a interação com **amigos** e a **Internet** tem mais relevância. No entanto, a família e a escola ainda são importantes.




Tabela nº 20: Resultados da segunda etapa da oficina com o grupo 1 (dos 9 aos 12 anos)

Oficina	Lugares ESI maggiormente selecionados		
	1.º	2.º	3.º
Venezuela	Família	Escola	Amigos
Arg 1 (Kumex)	Escola	Família	Série/Vídeos
Arg 2 (Emmanuel)	Escola	Amigos	Família
Arg 3 (Che pibe)	Escola	EscolaAmigos	Família
Arg 4 (Doncel)	Escola	Família	Igreja
Chile	Escola	Família	ONG/Clube
Paraguai 2 (CONNATS- San Lorenzo)	Amigos	Família	Escola
Paraguai 2 (GOATS - CONNATS)	ONG/Clube	Escola	Filmes
Uruguai 1	Família	Escola	Internet
Uruguai 2	Família	Escola	ONG/Clube
Uruguai 3	Escola	Família	Filmes/Série/Vídeos
Uruguai 4	Escola	Família	Amigos
Brazil 1	Família	Escola	Amigos/ONG/Clube
Brazil 3	ONG/Clube	Escola	Família

Tabela nº 21: Resultados da segunda etapa da oficina com o grupo 2 (dos 13 aos 17 anos)

Oficina	Lugares ESI maggiormente selecionados		
	1.º	2.º	3.º
Brasil	Escola	Família	Internet
ANDHES-JUJUY	Escola	Família	Internet
Creceer Juntos	Escola	Família	Amigos
EMMANUEL	Escola	Família	ONG/Clube
CONNATS	ONG/Clube	Amigos	Escola
San Miguel	Família	Escola	Internet
CONNATS- San Lorenzo	Família	Amigos	Escola/ONG
Uruguai 1	Amigos	Escola	Família
Uruguai 2	Escola	Amigos	Família
Uruguai 3	Escola	Amigos	Família
Venezuela	Família	Internet	Escola



Em relação à terceira etapa da oficina, o grupo 1 focalizou nas mudanças corporais e emocionais que são vivenciadas na puberdade, tema central nessa faixa etária. Dos resultados obtidos destaca-se que na maioria das oficinas as crianças e adolescentes demonstraram desconhecer as mudanças corporais que são vivenciadas na puberdade. Embora conhecessem várias palavras, não conseguiam assimilar seus significados. A partir das oficinas que conseguiram fazer o melhor acompanhamento na criação dos personagens, pode-se comprovar que as crianças e adolescentes criaram histórias com as mudanças que vivenciam, mesmo quando não conseguiram fazer as associações com as ferramentas e terminologia corretas.

A informação parcial que manejam no grupo 1 está exemplificada em alguns registros como o seguinte: “(...) *Veio a menstruação e ela ficou assustada, porque não lhe explicaram para a Federica como é que seria. Quer dizer, no dia em que veio pela primeira vez, ela não sabia o que fazer.*”

Novamente em algumas das oficinas a dispersão e as piadas pelos temas abordados estiveram presentes. Um dos aspectos mais importantes foi que as mudanças experimentadas na puberdade estiveram diretamente/fortemente associadas aos papéis binários de mulher e homem. Evidências foram encontradas apenas em uma das oficinas da Argentina, uma no Uruguay e outra no Brasil, onde foram mencionadas diversidades e dissidências de corpos e sentimentos. No caso argentino, as crianças e adolescentes manifestaram que “*sua personagem tem 12 anos e que se sente atraída por mulheres. (...) se sente diferente dos outros*” (registro de oficinas, 2022). No caso brasileiro, as crianças e adolescentes criaram uma personagem “*alienígena*” e outra que era metade homem e metade mulher ao mesmo tempo.

Na maioria das oficinas o que se repete, independentemente do país, tem a ver com os personagens que criaram em relação às coisas que acontecem com eles e que também sentem. Nessa seção, algumas frases que garotas e garotos escolheram para se descrever são expressadas claramente: “*se sente só*”, “*não tem com quem conversar*”, “*se sente diferente*”, “*não se sente bem com seu corpo*”.

“*Nós não falamos de sexualidade em nossas casas*” (Adolescente - Paraguai)

“*Não falo desses assuntos com minha mãe nem com meu pai porque eles vão me bater*” (Adolescente - Paraguai)

“*Dessas coisas não se fala*” (Adolescente - Paraguai)

“*Se sente diferente dos outros*” (Adolescente, Argentina)

“*É um menino que se sente menina, ele mudou, é transgênero*” (Adolescente, Argentina)

Oficina 2, Uruguai

Percebe-se nos desenhos que uma vez desenvolvidos os temas pelos facilitadores, as crianças e adolescentes dos 9 aos 13 anos conseguiram associar as mudanças às silhuetas.



Pablita tem 13 anos. O grupo disse que escolheram que seja lésbica porque “não há muitas”. O tio Paco tem 14 anos e está apaixonado, começam a crescer pelos nas suas pernas e no peito.

Oficina Venezuela

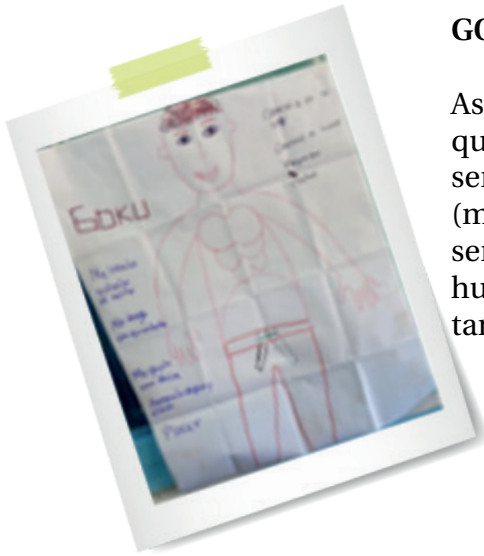


Andrés Francisco 15 anos

Medo das responsabilidades de ser adolescente. Os pelos corporais estão crescendo no peito. O resto da turma não quis que ele tivesse pelos em outra parte do corpo. Ele está apaixonado. Sente prazer em jogar futebol. Não se sente bem com seu corpo, pois é magro e ele quer ser musculoso. Sente que sua família não o entende. Quer se vestir na moda e os pais não deixam. Eles querem que ele se vista muito de maneira formal, mas ele quer se vestir com roupas modernas.



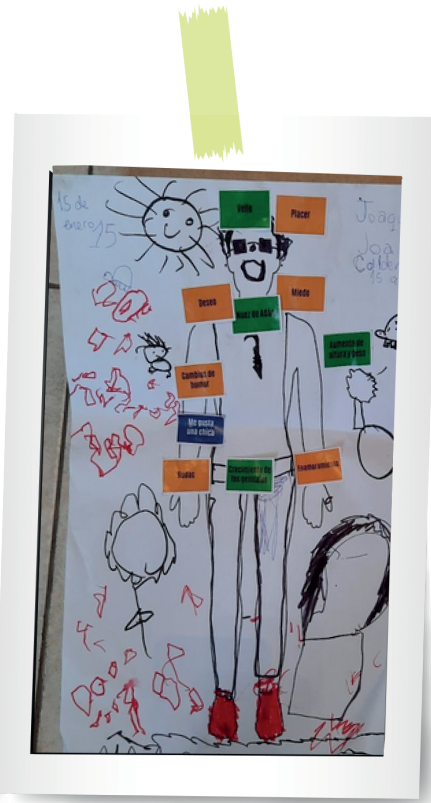
Oficina Paraguay



GOKU

As crianças foram muito explícitas com as mudanças que seus corpos atravessam nessa etapa. Elas se sentem sozinhas porque não confiam nos adultos (mãe, pai, professores) para expressar aquilo que sentem. Às vezes, essa mesma situação muda seu humor. Em geral, eles experimentam vergonha e também manifestações de prazer com o corpo.

Oficina Argentina



Na primeira imagem; o personagem é Emiliano, de 12 anos. Ele sente atração por meninos e meninas, tem seios, ejacula e tem sonhos molhados; sente raiva, nojo, mudanças de humor e prazer. Ele sente que não tem com quem conversar. Na segunda imagem o personagem é Joaquín, tem 15 anos; os pelos corporais começam crescer, tem espinhas, experimenta mudanças na sua voz e outras mudanças físicas. Tem mudanças de humor e sente medos, paixão, prazer, dúvidas e desejo. Ele sente que os adultos não o entendem e gosta de uma garota.



A terceira e quarta atividade para o grupo 2 consistiu em checar o grau de conhecimento dos métodos anticoncepcionais e consentimento. No primeiro caso, se observou que na maioria das oficinas as e os adolescentes conseguiram enumerar vários métodos contraceptivos, mesmo aqueles que não são para as relações heterossexuais. No entanto, ao explicar sobre como são usados e o que eles previnem, muitas dificuldades foram encontradas. Apenas em três casos (uma oficina no Paraguai e duas no Uruguai) foi observado um conhecimento muito bom desta informação.

Junto das deficiências no conhecimento de como usar e para que servem, foram acrescentados alguns mitos como “(...) a ausência de preservativo implica maior prazer” e “(...) que nas farmácias só vendem preservativos aos adolescentes se eles soubessem um código”. Algo que chamou muito a atenção é o erro sistemático em quase todas as oficinas sobre o uso de preservativo feminino, que no material se indicava que “entra na vagina e se insere no interior” (orientações para facilitadores).

Alguns exemplos adicionais que refletem certas confusões ou tabus sobre o tema, foi o uso do termo “remédios anticoncepcionais” ou a menção da existência de “o segredo”, referindo-se à prática em que o homem ejacula fora da cavidade vaginal. Outro mito detectado é a prática que implica manter relações sexuais durante o período menstrual como forma de evitar a gravidez, pois consideram que não há risco de fecundação durante esse período.

Nesta atividade foram pouquíssimos os momentos de brincadeiras, registrando-se maior interesse por conhecer os diferentes métodos e pelos mitos. Apenas um subregistro foi detectado por ter um adolescente que interpretava o tema como uma brincadeira (de um total de 195 adolescentes).

Uma das atividades finais da oficina 2 propõe uma reflexão sobre o consentimento e responsabilidade afetiva, que de modo geral foi bem-sucedida. Em todas as oficinas foi alcançada a reflexão esperada sobre consentimento nas relações sexuais. Em alguns grupos foram desencadeados debates, e outros foram menos extrovertidos no momento da elaboração das conclusões.

Do debate emerge que os e as adolescentes reconhecem a má conduta na relação sexual, mas na maioria dos grupos a atribuem à falta de cuidado diante uma possível gravidez ou na transmissão de IST. Isso gerou mais preocupação entre as meninas. Diante do comportamento identificado como repreensível, alguns propõem a violência como resposta para resolver o conflito. Identificaram a vergonha como um dos sentimentos que mais está em jogo devido à pressão social e o conceito de “privacidade” também emergiu em algumas oficinas. Observou-se que eles não possuem informação sobre como proceder em caso de agressão ou conduta reprovável.

Quando foram discutidas as histórias que apresentavam situações relacionadas ao consentimento (não consentimento), muitos enfatizaram que são experiências semelhantes às que conhecem. Em alguns grupos, a família foi



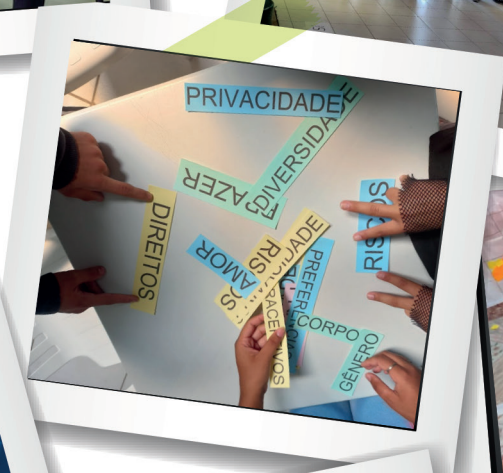
apontada como o primeiro espaço para discussão do tema e onde os adolescentes podem receber orientações.

Dentro da reflexão, alguns grupos mencionaram a necessidade de aprender a dizer “não”, como em frases como “*Ninguém pode tocar no corpo sem consentimento*” (Adolescente, Paraguai). Também emergiu a ideia que, se necessário, ações legais podem ser tomadas sob certas circunstâncias. Ainda se destacou como positivo o arrependimento de um dos personagens das histórias. Alguns dos comentários ouvidos também foram nesse sentido: “*Se alguém vazar minha foto, eu... eu fico com raiva*”, “*Eu faço uma denúncia*”, “*Eu tomo alguma medida legal*” (Adolescentes, Chile), “*Ela deveria ter falado que se sentiu pressionada*” ou “*ele também é culpado, pois bebeu demais*”, “*ela se deixou levar*” (Adolescentes, Uruguai).

Por último, é importante se referir que não foi possível indagar sobre a metodologia de ensino da ESI porque o conhecimento dos tópicos era muito parcial/escasso. Alguns grupos mencionaram ter conhecimento de determinados termos por meio de disciplinas como ciências naturais ou biologia, enquanto outros mencionaram que, ocasionalmente, em disciplinas não relacionadas o/a docente fala com eles sobre esses assuntos. Por isso, a única consulta válida sobre metodologias de abordagem da ESI foi feita aos adultos da pesquisa, que responderam que a forma como é incorporada no currículo depende dos professores e da direção do estabelecimento de ensino. Há uma diferença no caso da Argentina, onde a transversalidade das metodologias de abordagem parece estar sendo incorporada mais do que nos outros países.

Tabula n° 22: *Incorporação da ESI de modo transversal a específico*

País	Específico	Transversal	Total
Argentina	39.13%	60.87%	100%
Brasil	87.50%	12.50%	100%
Chile	70.59%	29.41%	100%
Paraguai	87.50%	12.50%	100%
Uruguai	58.33%	41.67%	100%
Venezuela	47.20%	52.80%	100%
Total	53.73%	46.27%	100%





Conclusões

O acesso das crianças e adolescentes à ESI nos países que compõem a Red Coaliciones Sur (RCS) é marcado por diversos tipos de obstáculos, neste sentido a análise deve procurar abarcar as realidades locais sem perder de vista os denominadores comuns. As antecipações de sentido ao iniciar o estudo identificaram como um dos principais obstáculos a postura ideológica de professores, agentes de saúde e adultos responsáveis por crianças e adolescentes, que, embora com certo nível de formação e um quadro normativo facilitador, não são transmissores eficazes dos conteúdos básicos.

Os resultados comparados das ferramentas utilizadas permitem aproximarmos a conclusão de que as barreiras religiosas e culturais e os tabus que tem vigência em relação à sexualidade representam uma força que continua operando na educação de crianças e adolescentes¹² e persiste com relativa homogeneidade nos países que compõem este estudo, apesar das diferenças marcantes nas propostas regulatórias e de políticas públicas entre eles.

A presença de falsas crenças sobre corpos, sexualidade e papéis de gênero na América Latina representam barreiras para a transmissão do conhecimento científico. *“A sexualidade é uma atividade inerente ao ser humano que abrange múltiplas dimensões pessoais e sociais. No entanto, esta atividade geralmente permanece oculta ou exclusivamente ligada à reprodução, por diferentes razões -tanto culturais, religiosas ou ideológicas- que estão principalmente relacionadas com a persistência do patriarcalismo”* (Muñoz, 2010).

A luta pela conquista dos direitos das crianças e adolescentes é o que mobiliza nossas organizações e as redes vinculadas às reivindicações dos chamados direitos sexuais e reprodutivos. Esse avanço emancipatório em relação aos poderes opressores, que historicamente dirigiram o cenário latino-americano, tomou um impulso decisivo nas últimas décadas pelas mãos de movimentos de mulheres e dissidentes. Alguns resultados são visualizados na atualização normativa e na elaboração de políticas públicas que consideram as crianças e adolescentes como sujeitos plenos de direitos¹³.

Essas vitórias no campo das agendas de políticas públicas, que incluem a educação, encontram uma contraofensiva na geração de discursos arraigados em profundas concepções patriarcais e adultocêntricas, esta última como subcategoria da dominação dentro do Patriarcado (Morales, 2022).

O surgimento de grupos corporativos que defendem interesses de dominação patriarcal e adultista, comumente chamados de *"antidireitos"*, ganhou relevância nos últimos anos em todos os países que participaram do estudo. Estes grupos utilizam argumentos ligados principalmente à moral, aos preceitos religiosos e à apropriação do corpo e da subjetividade de seus descendentes (em frases como *“não mexa com meus filhos”*), mesmo que isso signifique a negação de evidências científicas. Estes discursos se constituem nas principais ferramentas de negação ao direito sexual e a implantação efetiva da educação sexual integral.

12 - Crianças e adolescentes de setores identificados como mais vulneráveis, em relação à dinâmica econômica e social dos países estudados.

13 - Todos os países estudados atualizaram suas legislações referentes à infância após a adesão à CDC. ONU 1989.

Entre os discursos mais difundidos por esses grupos está o que chamam de “*ideologia de gênero*”, apontando como a principal fonte de disseminação de ideias que colocariam em risco a família, os valores morais e a pureza de pensamento das crianças e adolescentes.

A partir da pesquisa realizada, verifica-se que os membros desses grupos antidireitos, especialmente em países como o Paraguai e o Chile, influenciam na formulação e na implantação (pertencimento a uma instituição religiosa, por exemplo) ou por ocupar cargos públicos em diferentes áreas de governo de todas as esferas.

Um dos pilares do trabalho da RCS é a participação de crianças e adolescentes na concepção e implantação das atividades das organizações membros e no diálogo Inter geracional para a elaboração de propostas e na incidência política da rede.

Incorporar as vozes de crianças e adolescentes neste estudo significou um particular esforço metodológico devido às barreiras de acesso ao tema da ESI. Essas barreiras não operam apenas na educação formal - área de desenvolvimento das atividades da RCS-, que exigiu a implantação de estratégias para alcançar a confiança necessária para os encontros com crianças e adolescentes. Observamos também a existência de preconceitos e tabus em torno da ESI presentes na própria dinâmica de nossas organizações. Cancelamentos, evasões, presença de pessoal adulto nas oficinas, desconfiança nas propostas pedagógicas, etc. Estas foram algumas das situações com que nos deparamos como equipe de pesquisa tanto ao ter que lidar com as estruturas organizacionais próprias quanto nos sistemas educativos formais que acudimos para poder ir ao encontro das crianças e adolescentes.

Os resultados obtidos com a participação de crianças e adolescentes são semelhantes entre os países. A partir deles conclui-se que, em geral, o conhecimento sobre Educação Sexual que eles/elas demonstram é superficial. Isso implica no desconhecimento de questões básicas relacionadas às fases do desenvolvimento, como as mudanças físicas e emocionais da puberdade. Essas mudanças são pensadas e expressas principalmente sob a ótica da heterossexualidade binária, embora haja menção à diversidade na construção de personagens adolescentes. Chama a atenção que, embora a puberdade seja um tema de interesse com bastante consenso entre os agentes que participaram das pesquisas, entretanto, as crianças e os adolescentes apresentaram acentuadas dificuldades em desenvolver conceitos básicos relacionados a essa fase, conforme mencionado acima.

Chama atenção na análise das oficinas, algumas crianças e adolescentes (principalmente da faixa etária dos 9 aos 12 anos) solicitaram esclarecimentos sobre o significado de palavras referentes ao corpo e suas funções. Palavras como “*puberdade*”, “*pelos púbicos*”, “*ejaculação*”, “*menstruação ou ciclo menstrual*”, ou os nomes das partes do aparelho genital, bem como as características secundárias do desenvolvimento púbere, como o crescimento das mamas e genitais,

"emissões noturnas", "ovulação", etc. Todos esses conceitos evidenciaram uma falta de informação em geral ou um conhecimento parcial sobre as partes que compõem o corpo humano, seu funcionamento, as mudanças por que passam e os cuidados mínimos necessários para manter a saúde física. Essas análises nos levam a pensar que, "*na educação, os corpos têm estado habitualmente ausentes, cobertos por uniformes, silenciados e disciplinados pelas regras e discursos e práticas escolares pedagógicas cotidianas*" (Mercer, Cimmino, Ramírz, 2020). Esta ausência de informação não somente os priva de ter acesso ao conhecimento para sua saúde, mas também os expõem a experiências de ter que enfrentar as mudanças físicas e emocionais sem preparação, que adicionados aos tabus, os atemoriza num silêncio e sofrimento.

Relativo ao parágrafo anterior, relacionamos com outro dos aspetos que estão incluídos nos resultados (especialmente nos grupos dos 9 aos 12 anos): a necessidade de escuta e compreensão por parte dos referentes adultos. Os sentimentos de insegurança, medo, solidão e as oscilações de humor estão interligadas à ausência de adultos que os ajudem a compreender a fase pela qual estão passando, sendo comum que expressem sentimentos de desvalorização de suas opiniões.

Em relação à contracepção, nota-se que; mesmo quando conseguem indicar vários métodos, não possuem informações sobre a forma de uso ou suas vantagens ou desvantagens. Conclui-se também que não há conhecimento de alternativas de cuidados sexuais associados a relações sem penetração.

Por outro lado, revelou-se a persistência de mitos ou falsas crenças sobre a contracepção, que não são questionados por crianças ou adolescentes, pois são transmitidos de geração em geração e não encontram oposição argumentativa em espaços em que o assunto é abordado a partir do conhecimento científico e reflexão coletiva.

A instituição escolar é identificada como um lugar onde é possível dialogar e acessar informações sobre sexualidade, em seguida vem a família. As crianças e adolescentes mencionam em primeiro lugar a mãe como a pessoa de confiança com quem podem conversar sobre sexualidade e sentimentos. Segue em importância, como fonte/espço de acesso à informação, os grupos de pares e, por último, a Internet (redes sociais e Google). Em menor proporção, mas significativo, é o número de crianças e adolescentes que relata obter informações de filmes ou séries.

É importante mencionar que entre as crianças e adolescentes que têm acesso à internet e a dispositivos, quase a totalidade relata interagir com desconhecidos nos chamados jogos online.

Quanto à consulta aos agentes adultos vinculados à implantação da ESI, observa-se maior disparidade nos resultados entre os países, principalmente em relação à Argentina. Questões relacionadas ao consentimento e à responsabilidade emocional evidenciam maior reflexão e conhecimento, fomentando debates

sobre a violência sexual e as pressões na relação sexual ou na realização de determinadas práticas.

Por sua vez, surgem os estereótipos de gênero a partir daquelas tarefas que, por serem homens ou mulheres, os adultos atribuem e restringem a um ou outro grupo. Aparecem também expectativas de comportamento que podem estar relacionadas a um tipo de exercício da masculinidade, como quando os homens têm ciúme ou a raiva das meninas ou adolescentes que sentem atração, mas não são correspondidos.

Todas essas lacunas temáticas detectadas nas oficinas vão ao encontro das consultas com educadores e alguns agentes de saúde, pois os temas que mais polêmicas geram são, por um lado, "*a diferença entre gênero e sexo biológico*" (o que se relaciona com a dificuldade de identificar mudanças em corpos, de acordo a diversidade) e por outro lado, "*definições sobre masturbação, gravidez planejada, heterossexualidade e homossexualidade e aborto*" relacionadas à possibilidade de desenvolver sexualidade e contracepção sob uma perspectiva menos biológica. Há uma superpresença de conteúdos associados ao aspecto biológico da Educação Sexual.

Também se pode concluir que a aplicação da ESI em instituições de ensino tem características muito diferentes, pois juntamente com a existência de leis favoráveis, a incorporação dos eixos de forma transversal depende das autoridades responsáveis pela instituição, mesmo naqueles países onde não há legislação favorável. A ausência da programação da ESI nas escolas estimula que os valores e crenças pessoais dos professores interfiram no conteúdo que eles ministram e transmitem às crianças e adolescentes.

Como resultado preliminar, presume-se que a população adulta em estudo apresenta uma tendência a rejeitar parcialmente certas questões em relação ao DSR na infância e adolescência, sustentada por crenças culturais e ideias conservadoras. No estudo, é descrito que a rejeição a essas questões não tem origem na filiação religiosa, pois eles reconheceram não ser religiosos ou negaram que ideias religiosas interfiram em seu trabalho. Portanto, o estudo não mostra que a filiação religiosa teve influência direta sobre o exposto, mas suspeita-se que a resposta à rejeição de certos tópicos possa residir no componente religioso-cultural-conservador ao qual respondem as relações heteropatriarcais.

Por outro lado, constatou-se uma coincidência entre aos questionários, as oficinas e o levantamento discursivo feito previamente, uma vez que os temas de maior discordância nos questionários coincidem com os argumentos contrários à Educação Sexual Integral que são fortemente desenvolvidos por grupos antidireitos em todos os países abrangidos pela investigação. Para dar continuidade a essa linha de pesquisa, é necessário aprofundar estudos específicos sobre discursos e poder, que vão além da presente pesquisa.

Cabe destacar que mais de 75% da população consultada recebeu algum tipo de formação em ESI, quer seja no âmbito da formação profissional, quer seja

por iniciativa própria. É diferente o caso dos agentes consultados na Argentina, já que na sua maioria reconheceram ter recebido formação no âmbito do exercício das suas funções. Além desses dados, observa-se que o acesso à informação pelos professores, diretores escolares e agentes de saúde não representa um obstáculo de peso como se poderia pensar a priori.

Este estudo foi resultado de um processo de pesquisa que a Rede desenvolve desde 2021, no qual os direitos de crianças e adolescentes são constantemente violados, não apenas por falhas materiais e ausências de normativas, mas também pela construção de significados sociais que impedem as crianças acessar livremente o conhecimento e ter a possibilidade de construir sua segurança e emoções em uma sociedade em constante crise e risco. Isso encontra sua razão nas relações heteropatriarcais e adultocêntricas que as crianças e adolescentes enfrentam constantemente durante seu crescimento, sendo transversal a todos os países estudados.

Neste trabalho, as organizações que integram a RCS procuram quebrar essas lógicas de dominação, reconhecendo limitações e contextos para questioná-las e transformá-las. A reivindicação das crianças e adolescentes é clara em relação às suas necessidades de participação nos projetos pedagógicos, a fim de receber não apenas informações de qualidade sobre os eixos da educação sexual integral, mas também encontrar espaços para habitar e compartilhar a intensidade que significa a passagem pela adolescência em um mundo controlado pelos adultos.

Dar um lugar de respeito aos mundos simbólicos dos adolescentes é imperativo se tivermos, como instâncias de proteção e promoção dos direitos de crianças e adolescentes, o desejo de responder a essas vozes, discursos, vontades e subjetividades - na maioria das vezes invisibilizadas e oprimidas. A capacidade de resposta empática dos adultos expressa o valor da responsabilidade ética e profissional diante das demandas e necessidades subjetivas de crianças e adolescentes cujos direitos são ameaçados e/ou violados.

bibliografía e referências

Baez, J. M. (2016). "La inclusión de la educación sexual en las políticas públicas de América Latina. Los organismos internacionales y sus formas de intervención; Sociedad Argentina de Estudios Comparados en Educación"; Revista Latinoamericana de Educación Comparada; 7; 9; 3-2016; 71-86. <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/90707>

Bermúdez, G. La "ideología de género": una estrategia política conservadora para reafirmar el patriarcado en América Latina.

Comisión Interamericana de Derechos Humanos, "Acceso a la información en materia reproductiva desde una perspectiva de derechos humanos" Documento aprobado el 22/11/2011. <https://www.cidh.oas.org/pdf%20files/mujeresaccesoinformacionmateriareproductiva.pdf>

Comisión Interamericana de Derechos Humanos (2011), Informe "Acceso a la información en materia reproductiva desde una perspectiva de derechos humanos".

Comisión Interamericana de Derechos Humanos (2007). Informe No. 21/07, Petición 161/02, Solución Amistosa, Paulina del Carmen Ramírez Jacinto, México.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe) (2013), *Consenso de Montevideo sobre población y desarrollo (LC/L.3697)*, Santiago de Chile. Publicación de las Naciones Unidas. Disponible [Disponible online] <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/21835/>

Chaher, S. Florentín, C. y Gabioud, M. (2020) *Grupos antiderechos: la disputa por el sentido en los medios de comunicación y las redes sociales de Argentina*. Comunicación para la Igualdad Ediciones, 1a edición. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Libro digital, PDF

Duimich, L. F.; Garcia, G., Suyai, M.; (2020) *El debate reconocimiento-redistribución en dos casos "políticamente incorrectos": Nueva Soberanía y Con Mis Hijos No Te Metas*; Universidad Nacional de Quilmes. Secretaría de Posgrado; Divulgatio; 5; 13; 155-171

Giorgi, G. (2020), "Arqueología del odio. Escrituras públicas y guerras de subjetividad", en Gabriel Giorgi y Anna Kiffer, *Las vueltas del odio. Gestos, escrituras, políticas*. Buenos Aires: Eterna Cadencia.

Grupo de Investigación "Antropología, Diversidad y Convivencia" de la Universidad Complutense de Madrid. "Somos Diversidad, actividades para la formación de profesionales de la educación formal y no formal en diversidad sexual familiar, corporal y de expresión e identidad de género". Ministerio de Derechos Sociales y Agenda 2030 y Ministerio de Igualdad del Gobierno de España. 2020. <https://eprints.ucm.es/id/eprint/61403/>

Igras, S.M., Macieira, M., Murphy, E. and Lundgren, R. 2015, En UNESCO, "La Educación Integral en Sexualidad, Una Revisión Global de Evidencia, Práctica y Lecciones Aprendidas. Publicado en 2015 por: Organización de las Naciones

Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. 7, place de Fontenoy, 75352 París 07 SP, Francia. <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Santiago/pdf/educacion-integral-sexualidad.pdf>

Meneghetti, M. y Murazzo, L. (2019). *Un análisis de las políticas anti-derechos. Aportes posibles desde el campo de la salud mental*. XI Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología. XXVI Jornadas de Investigación. XV Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. I Encuentro de Investigación de Terapia Ocupacional. I Encuentro de Musicoterapia. Facultad de Psicología - UBA, Buenos Aires. <https://www.aacademica.org/000-111/30>

Mercer, R.; Cimmino, K. y Ramírez, C. *La sexualidad como lucha política por los cuerpos en el contexto latinoamericano*. Revista Estado y Políticas Públicas No 14. mayo de 2020 - septiembre de 2020. ISSN 2310-550X, pp. 107-129. https://revistaeypp.flacso.org.ar/files/revistas/1590800102_107-129.pdf

Morales, S. (2022) *Niñeces del Abya Yala: una aproximación a las categorías de adultocentrismo y adultismo*. Observatorio Latinoamericano y Caribeño (OLAC). UBA, Buenos Aires. <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/observatoriolatinoamericano/article/viewFile/7897/6951>

Muñoz, V. *Educación sexual, derecho humano: La piedra y el viento. El derecho humano a la educación sexual integral*. Prólogo de Moriana Hernández. Montevideo: CLADEM, 2010. <http://www.codajic.org/sites/www.codajic.org/files/La%20piedra%20y%20el%20viento%20Educaci%C3%B3n%20Sexual,%20Derecho%20Humano..pdf>

ONU (2019) *La Estrategia y Plan de Acción de las Naciones Unidas para la Lucha contra el Discurso de Odio*. https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/advising-and-mobilizing/Action_plan_on_hate_speech_ES.pdf

Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, la Secretaría de ONUSIDA, el Fondo de Población de las Naciones Unidas, el Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia, ONU Mujeres y la Organización Mundial de la Salud, “Orientaciones técnicas internacionales sobre educación en sexualidad”. 2018. Francia. https://www.who.int/docs/default-source/reproductive-health/isbn-978-92-3-300092-6.pdf?sfvrsn=e8a2c2c9_8

Pedrido, V. (2021). *Cartografía argumentativa de los sectores fundamentalistas/ conservadores*. Argentina. Fusa. <https://grupofusa.org/wp-content/uploads/2021/05/Cartografia-argumentativa-de-los-sectores-conservadores-fundamentalistas-1-2-1.pdf>

Red de Colisiones Sur (2021). *Diagnóstico sobre Violencias Sexuales contra NNyA en Argentina, Brasil, Chile, Paraguay, Uruguay y Venezuela. Informe regional*. Junio, 2021. https://www.colectivoinfancia.org.ar/wp/wp-content/uploads/2021/11/RCS_Informe-regional_diagno%C3%B3stico-violencias-contra-NNA-2021.pdf

Romero, G. (2021). *Orden, Familia y Educación Sexual. Análisis de*

la trama de sentidos en torno al movimiento #CONMISHIJOSNOTEMETAS en Argentina. Cultura y religión, 15(1), 75-107. <https://dx.doi.org/10.4067/S0718-47272021000100075>

Trumper, E. y Perrotta, G. (2011) Publicado em Revista de la Sociedad Argentina de Ginecología Infanto Juvenil, Volumen 18 Número 1, Argentina. ISSN: 0328-7947., págs. 39/45. <http://www.sagij.org.ar/index.php/nuestros-derechos/102-comunidad/leyes-y-derechos/503-derechos-que-asisten-a-los-ninos-ninas-y-adolescentes>

UNESCO (2015) *“La Educación Integral en Sexualidad, Una Revisión Global de Evidencia, Práctica y Lecciones Aprendidas”*. París, Francia. <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Santiago/pdf/educacion-integral-sexualidad.pdf>

UNESCO Etxea (2018) *Guía didáctica, Construyendo feminidades y masculinidades alternativas, diversas e igualitarias*. https://www.unescoetxea.org/dokumentuak/guia_fem.pdf

UNESCO (2018) *Orientaciones técnicas internacionales sobre educación en sexualidad: un enfoque con base en la evidencia*.

UNESCO (2020) *Diversidad Sexual y Educación en América Latina y el Caribe* <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374763>

UNICEF (2018) *Inclusión del enfoque de género en protección de la infancia en América Latina y el Caribe*. Disponible em: <https://www.colectivoinfancia.org.ar/wp/documentos-unicef/>

Van Dijk, Teun A. (2003) *"La Multidisciplinariedad del análisis crítico del discurso: una alegato a favor de la diversidad"*, En: Ruth Wodak y Michael Meyer. (comp.). *Métodos de análisis crítico del discurso*. 143 - 177. Barcelona, Gedisa.

Women, U. N., & UNICEF. (2018). *Orientaciones técnicas internacionales sobre educación en sexualidad: un enfoque basado en la evidencia*. UNESCO Publishing.



Esta publicação foi preparada com o apoio da
Programa de Apoio à Sociedade Civil (PASC) de
Save the Children.

Este material/produção foi financiado pelo
Agência Sueca de Cooperação Internacional
para o Desenvolvimento, ASDI

